Roadmap Febraban para implementação da TCFD/FSB no setor bancário brasileiro

Progresso desde 2018

Dezembro de 2022

Apoio técnico:

NINT
natural intelligence

Realização:

FEBRABAN

Sumário

1. Introdução 4

2. Panorama internacional 8

2.1 Visão geral 8

2.2 Regulação alinhada às Recomendações da TCFD 14

2.3 Iniciativas voluntárias engajadas na TCFD 18

3. Panorama regulatório no Brasil 20

4. Progresso das ações no âmbito da Febraban 22

5. Avanço na implementação das Recomendações da TCFD 33

5.1 Visão geral 33

5.2 Reporte em relação aos pilares da TCFD 38

5.2.1 Governança 39

5.2.2 Estratégia 44

5.2.3 Gestão de Riscos 48

5.2.4 Métricas e Metas 54

6. Conclusão 62

REALIZAÇÃO

Febraban – Federação Brasileira de Bancos

AMAURY OLIVA
Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação

BEATRIZ STUART SECAF
Gerente de Sustentabilidade

JUAN MANUEL PEREIRA SAETA
Assessor de Sustentabilidade

THAÍS NAVES TANNÚS
Assessora de Sustentabilidade

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

NINT Natural Intelligence

GUSTAVO PIMENTEL
CEO

GUILHERME TEIXEIRA
Diretor

MARIANA TANAKA
Consultora Sênior

ERIC PEITER
Consultor

DANIELLE DINIZ
Pesquisadora

AGRADECIMENTOS

Comitê ESG – Febraban

Squad Clima – Febraban
ABC Brasil, Banco Alfa, Banco BV, Banco Cooperativo Sicred, Banco de Brasília, Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará, Banco do Nordeste, Banco GM, Banco J.P. Morgan, Banco Safra, BV, Banco XP, Banrisul, BNP Paribas, Bradesco, BS2, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, China Construction Bank, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank, Santander, Sicoob, Tribanco e UBS.

www.febraban.org.br
sustentabilidade@febraban.org.br

1. Introdução

O aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE), principalmente aqueles decorrentes de atividades antrópicas, já levou o planeta a um aquecimento de 1ºC[1] desde a Era Pré-Industrial, segundo estudos do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)[2]. Como consequência, os efeitos das mudanças climáticas têm gerado diversos impactos econômicos, sociais e ambientais no mundo. Diante disso, cerca de duzentos países assinaram o Acordo de Paris, em dezembro de 2015 e se comprometeram com as metas para a redução das emissões de GEE, por meio de ações de transição para uma economia de baixo carbono. Tais compromissos visam não apenas manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2ºC até 2100, como também envidar esforços para limitar tal aumento a 1,5ºC.

Esse aquecimento, além dos impactos ao meio ambiente em geral, implica em relevantes impactos financeiros. De acordo com diferentes estudos, como um realizado pela The Economist Intelligence Unit, em 2015[3], e outro publicado pela Nature Climate Change, em 2016[4], estima-se que, desde a data do estudo até o final do século, o Value at Risk (VaR)[5] de ativos sob gestão em decorrência das mudanças climáticas esteja entre US$ 2,5 trilhões (para os cenários mais moderados) e US$ 43 trilhões (para os cenários mais alarmantes). Tal estimativa reflete os possíveis danos a ativos decorrentes de eventos extremos, como secas, tempestades e/ou enchentes, e da expectativa de menor crescimento e retorno financeiro dos ativos em geral.

Diante do potencial impacto das mudanças climáticas, inclusive para a estabilidade do sistema financeiro, e da falta de informações adequadas sobre a exposição dos ativos aos riscos desta natureza, o Financial Stability Board (FSB) buscou identificar as informações relevantes para

1 Disponível em: https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/spm/

2 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC): O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas é um órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas. O IPCC fornece avaliações regulares da base científica sobre as mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros, e opções de adaptação e mitigação que pode ser usada por governos para desenvolver políticas públicas.

3 Disponível em: https://impact.economist.com/sustainability/net-zero-and-energy/the-cost-of-inaction

4 Disponível em: https://www.nature.com/articles/nclimate2972/

5 VaR é um indicador que mensura a magnitude de perda possível que uma carteira pode sofrer dentro de um determinado horizonte de tempo.

avaliação e precificação dos riscos e oportunidades[6] das mudanças climáticas e que, portanto, deveriam ser de conhecimento do setor financeiro. Para isso, criou em 2015 a TCFD: "Task Force on Climate-related Financial Disclosures" (TCFD, em português: "Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas).

A TCFD, de caráter global, possui membros de diversas organizações (bancos, seguradoras, gestoras de ativos, entre outras) e desenvolveu um protocolo único e acessível para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. Suas recomendações, lançadas em 2017, vêm sendo desde então adotadas por instituições públicas e privadas, financeiras e não-financeiras.

Diante da demanda pelo aperfeiçoamento das divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas, a Febraban, como principal entidade representativa do setor bancário brasileiro, iniciou em 2018 o desenvolvimento de um Roadmap para apoiar os bancos a implementar as Recomendações da TCFD. A iniciativa conta com o apoio técnico da NINT[7] e a participação de um grupo de bancos associados à Febraban.

Em compromisso com a transparência e visando incentivar outros atores nessa agenda, a Febraban tem publicado, anualmente, um relatório de progresso sobre o Roadmap. O documento traz atualizações sobre a implementação das ações do Roadmap – tanto as direcionadas aos bancos, como à Febraban –, além de melhorias identificadas e desenvolvidas ao longo do seu processo de implementação.

O relatório deste ano também aborda as normas publicadas em 2021 pelo Banco Central do Brasil (BCB), que estão alinhadas às Recomendações da TCFD, segundo mencionado pela própria Força-tarefa no "Status Report 2021"[8]. Deste modo, o trabalho da Febraban com os

6 Os riscos climáticos são divididos em duas categorias principais, segundo a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD / Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas): riscos de transição para a economia de baixo carbono, que envolvem mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado; e os riscos relacionados aos impactos físicos das mudanças climáticas, que podem ser causados por eventos (agudos) ou por mudanças de longo prazo (crônicos), como danos diretos aos ativos e impactos indiretos devido à interrupção na cadeia de suprimentos.
Já as oportunidades estão relacionadas à eficiência de recursos e economia de custos, à adoção de fontes de energia de baixa emissão, ao desenvolvimento de novos produtos e aos serviços, entre outros.

7 NINT Natural Intelligence é uma empresa de consultoria e avaliação ESG que operou por 9 anos sob o guarda-chuva da SITAWI como Programa de Finanças Sustentáveis, separando-se dela em 2022.

8 Task Force on Climate-related Financial Disclosures: "Status Report 2021". Disponível em: https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P141021-1.pdf

bancos permitiu que vários deles pudessem se antecipar, ou ao menos se preparar, para algumas das novas demandas regulatórias do BCB.

No âmbito internacional, a iniciativa da Febraban vem sendo reconhecidas por partes interessadas relevantes. A própria TCFD destacou o trabalho como um dos cases de progresso internacional na implementação das Recomendações[9], e o mesmo também foi mencionado pela International Finance Corporation (IFC), a partir da Sustainable Banking Network[10]. Ademais, a Network for Greening the Financial System (NGFS) trouxe como case em uma de suas publicações[11] a "Régua de sensibilidade ao risco climático", uma ferramenta elaborada no âmbito do Roadmap.

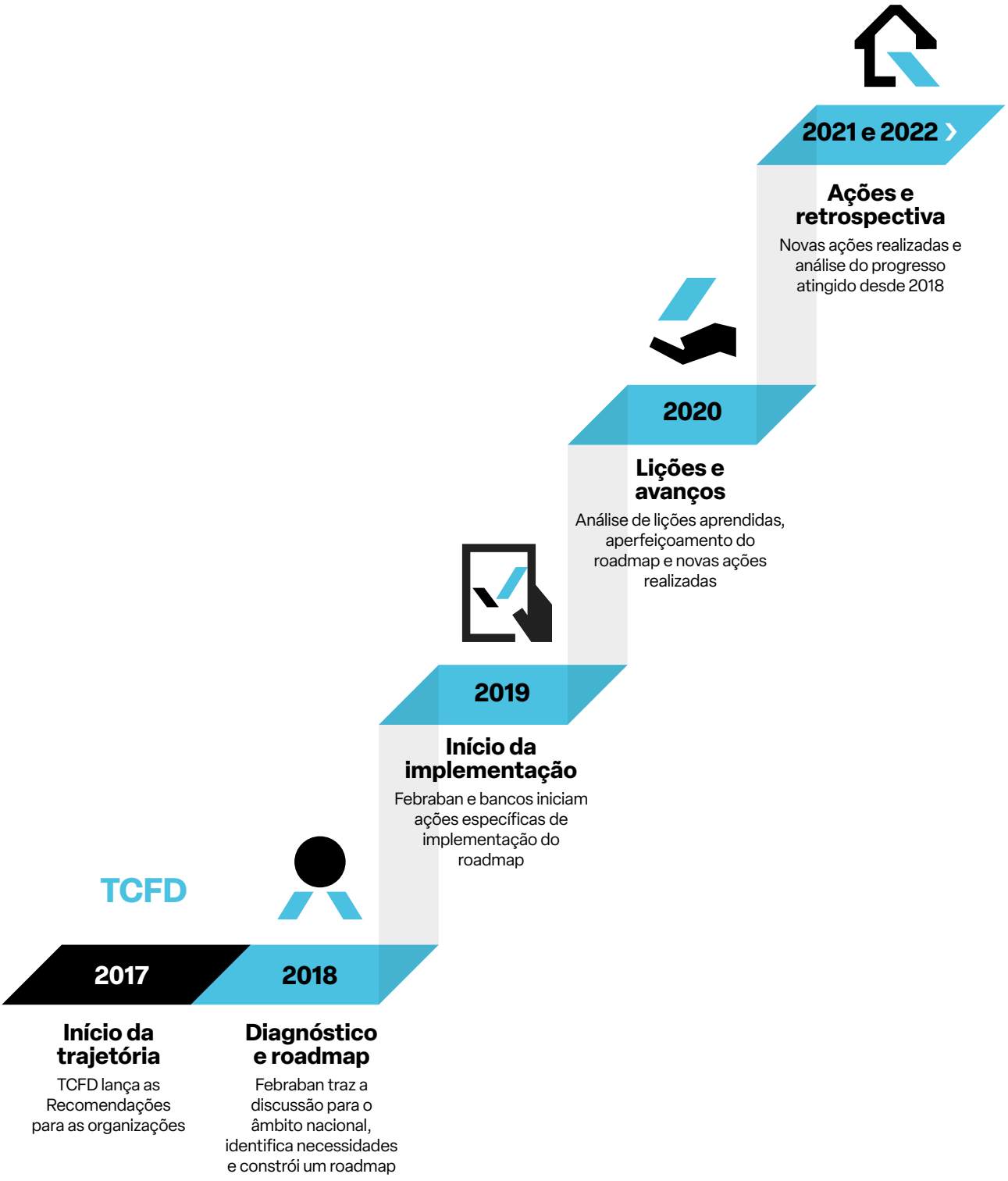
O presente relatório de "Roadmap Febraban para Implementação da TCFD/FSB no Setor Bancário Brasileiro – Progresso desde 2018" apresenta um panorama internacional da TCFD e da situação regulatória no Brasil, aponta as ações de apoio na agenda implementadas pela Febraban até 2022, e, por último, demonstra a evolução dos bancos na adoção das Recomendações da TCFD, considerando o início da implementação do Roadmap até 2021.

9 A menção à Febraban pode ser lida no documento "Task Force on Climate-related Financial Disclosures: 2020 Status Report". Disponível em: https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P291020-1.pdf

10 Disponível em: https://sbfnetwork.org/wp-content/uploads/pdfs/2019-Global-Progress-Reports/SBN_country_reports_country_with_framework_Brazil.pdf

11 Disponível em: https://www.ngfs.net/sites/default/files/medias/documents/capturing_risk_differentials_from_climate-related_risks.pdf

Figura 1: Trajetória de progresso da implementação da TCFD no setor bancário brasileiro[12]



12 O progresso dos bancos foi mensurado até dezembro de 2021, já que seus reportes feitos em 2022 incorporam as informações do ano anterior. Já as ações da Febraban contempladas neste documento vão até dezembro de 2022.

2. Panorama internacional

Este capítulo destaca avanços na adoção das Recomendações da TCFD no âmbito internacional, incluindo iniciativas regulatórias e voluntárias, além de casos práticos de mercado.

2.1 Visão geral

As Recomendações da TCFD vêm sendo implementadas de maneira voluntária ou mandatória por empresas não-financeiras e financeiras desde seu lançamento, em 2017. A adoção da agenda vem ocorrendo não apenas pela publicação de informações – objeto central das Recomendações –, mas também por meio da revisão das práticas de gestão de riscos das organizações, da captura de oportunidades de negócios e da revisão de suas estratégias.

Segundo o "Status Report 2021", da TCFD, entre os quatro pilares de divulgação – Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas – o maior avanço mundial, até hoje, ocorreu no pilar de Estratégia. Das divulgações recomendadas desse pilar, as organizações avançaram especialmente na divulgação dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, que elas identificaram no curto, médio e longo prazo. Isso sugere que as empresas e seus investidores estão priorizando o entendimento dos fatores que, de fato, possam vir a afetar seus negócios – o que é natural, antes de que sejam revisados processos de Gestão de Riscos e Governança Corporativa relacionados a esse tema.

Outras recomendações que receberam mais atenção do mercado como um todo foram "Métricas relacionadas ao clima" e "Emissões de GEE de escopo 1, 2 e 3", ambas do pilar de Métricas e Metas.

Considerando o recorte regional, organizações baseadas na Europa tiveram avanços superiores aos demais continentes, refletindo demandas regulatórias existentes e a maior disseminação de práticas de reporte ESG. O efeito de recentes movimentos internacionais (não só por pressões de investidores, como também por governos e organizações civis) com ex-

pectativas de mensuração e compensação de emissões de GEE também contribuiu para esses avanços no mundo. Um resumo das informações mapeadas pela TCFD é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Divulgação das Recomendações da TCFD, por região

Recomenda-ções	Divulgação recomendada	Ásia-Pacífico (333)*	Europa (424)	Oriente Médio e África (80)	América do Norte (762)	América Latina (52)
Governança	Conselho de Administração	26%	36%	14%	20%	21%
	Papel da alta liderança	23%	31%	8%	11%	13%
Estratégia	Riscos e oportunidades	48%	67%	32%	48%	54%
	Impacto na organização	39%	50%	26%	35%	31%
	Resiliência da estratégia	15%	24%	6%	7%	10%
Gestão de Riscos	Processos de identificação e avaliação de riscos	35%	50%	20%	17%	29%
	Processos de gestão de riscos	32%	47%	15%	19%	27%
	Integração na gestão de risco	32%	41%	11%	18%	21%
Métricas e Metas	Métricas climáticas	54%	75%	36%	23%	37%
	Emissões de escopo 1, 2 e 3 (GHG Protocol)	42%	64%	26%	21%	25%
	Metas climáticas	25%	61%	24%	25%	21%

*Os números entre parênteses representam, por região, o número de organizações aderentes analisadas.

Fonte: Adaptado da TCFD "Status Report 2021"

Desde 2017, as instituições financeiras e empresas não-financeiras da Europa se mantém em posição de liderança, com a região Ásia-Pacífico apresentando desempenho próximo ao da-

quele continente. Vale observar que a América Latina também apresenta desempenho próximo ao da Ásia-Pacífico, apesar de esta última ter mercados financeiros mais maduros.

Na América Latina, a Associação de Bancos do México (ABM), por exemplo, lançou em 2019 um programa de capacitação em risco climático desenvolvendo a ferramenta "TCFD readiness tool", para apoiar os bancos mexicanos. Ademais, o Banco do México – Banco Central do país – emitiu recomendações para que bancos melhorassem suas estratégias de finanças sustentáveis e de riscos relacionados à ESG, tendo a TCFD como referência.

Após avanços no setor bancário, o tema na região também tem-se expandido para os mercados de capitais. O Mexican Green Finance Advisory Council (CCFV), em 2020, publicou uma chamada aos emissores públicos para divulgar riscos relacionados ao clima, em linha com a TCFD.

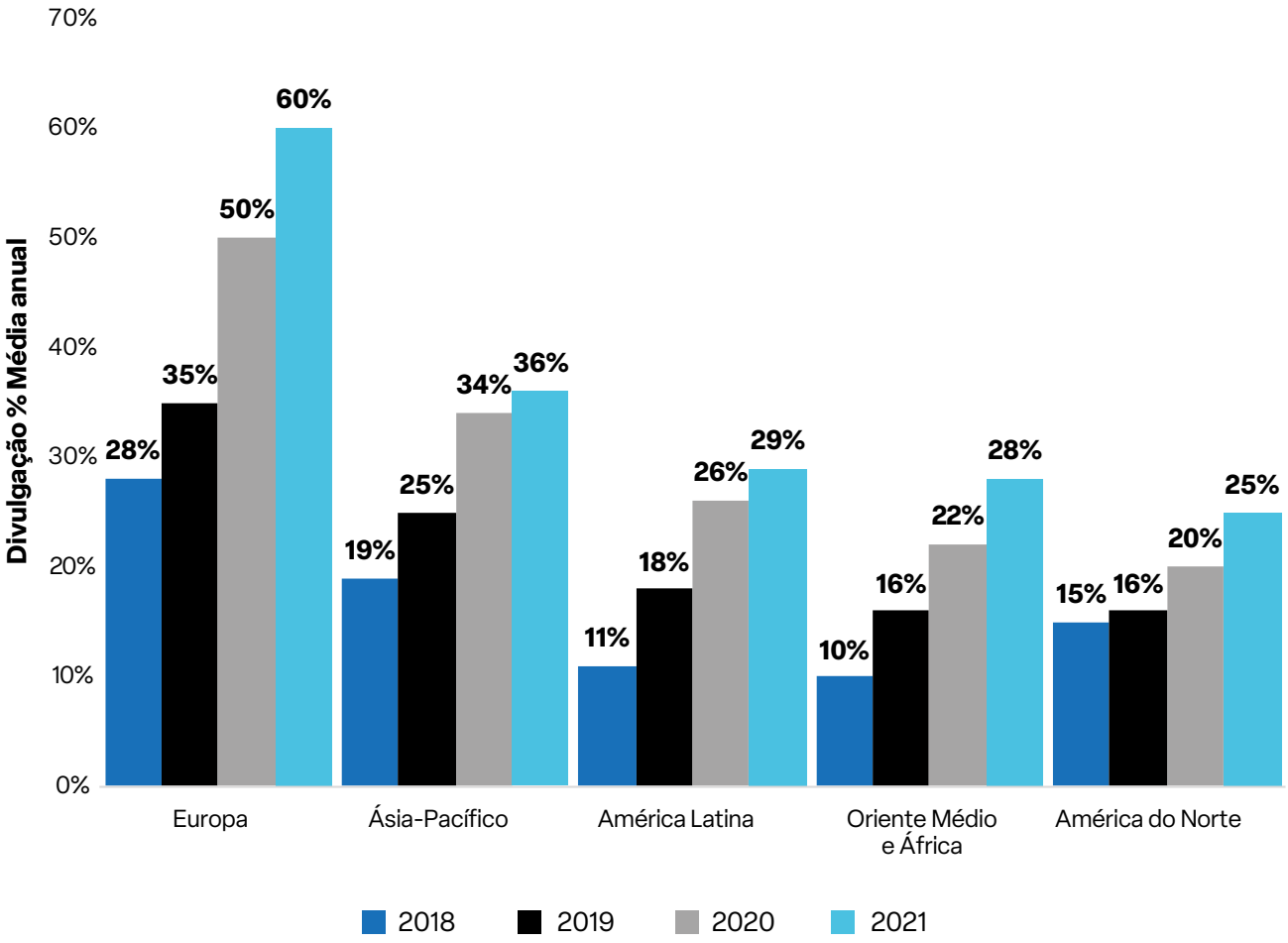
No mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários do Peru, ou Superindentência del Mercado de Valores, declarou o seu apoio à TCFD, de acordo com seu compromisso em promover melhores práticas no mercado de valores mobiliários.

O avanço maior na América Latina foi no Brasil, onde a regulação já está alinhada às práticas de jurisdições líderes no tema – veja mais na próxima seção.

No relatório do ""Status" da TCFD de 2021 e no de 2022[13], foi apresentado o progresso da divulgação por continente, a partir da análise da divulgação de empresas e instituições financeiras. O Gráfico 1 (pág. 11) mostra o percentual médio de divulgação das 11 seções recomendadas por região, para os quatro anos analisados: 2018, 2019, 2020 e 2021. A Europa segue como região líder em divulgações, seguida da Ásia-Pacífico e da América Latina. Houve também crescimento considerável em todas as regiões, porém algumas tiveram crescimento maior, como Europa, América Latina e Oriente Médio e África: praticamente, estas três regiões triplicaram o percentual médio de divulgação.

13 Task Force on Climate-related Financial Disclosures: 2022 Status Report. Disponível em: https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2022/10/2022-TCFD-Status-Report.pdf

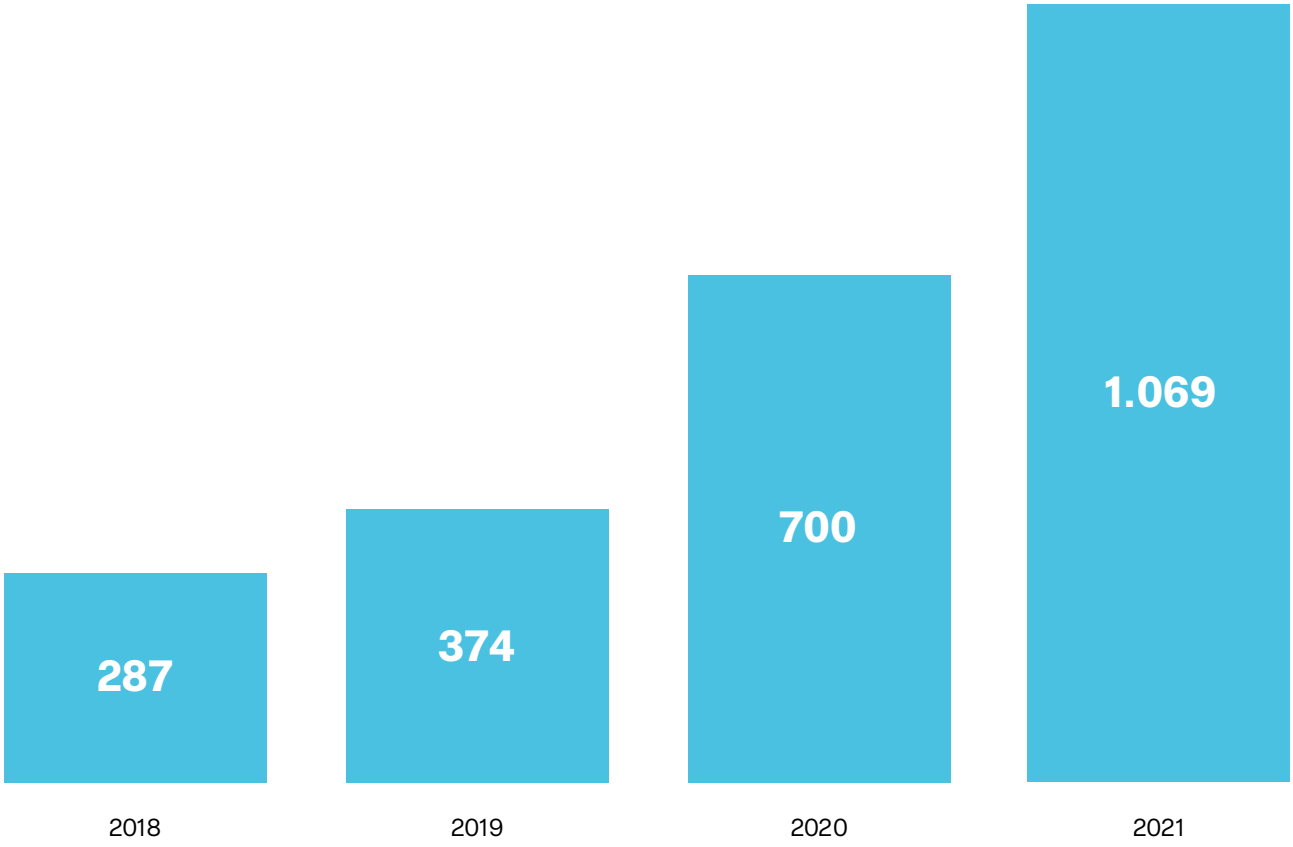
Gráfico 1: Divulgação por região



Fonte: Adaptado da TCFD "Status Report 2022"

Ao comparar o avanço na implementação das Recomendações da TCFD entre o setor financeiro e empresas da economia real, as instituições financeiras ainda estão atrás, o que pode ser atribuído à dependência das informações de seus clientes (tomadores de crédito e investidas). No entanto, o panorama vem-se modificando. O número de organizações do setor financeiro que apoiam formalmente a TCFD aumentou de maneira acelerada desde 2018: mundialmente, de 2018 a 2021, esse aumento foi de 272%.

Gráfico 2: Número de instituições financeiras que apoiam a TCFD globalmente

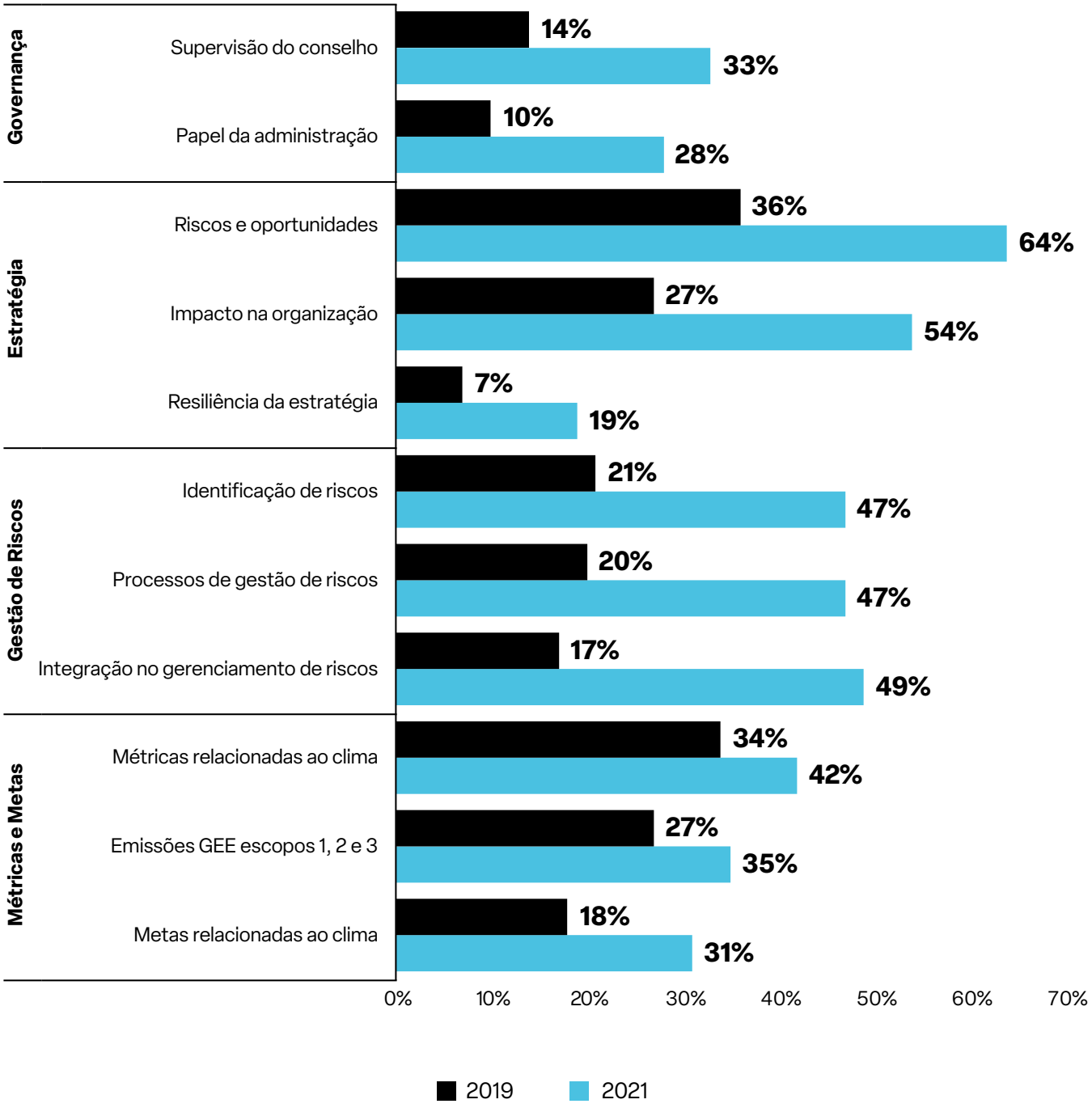


Fonte: Adaptado da TCFD "Status Report 2021"

Outra análise apresentada no relatório do "Status" da TCFD foi o alinhamento dos diferentes setores as 11 divulgações recomendadas.[14] Em 7 das 11 divulgações recomendadas, a média do setor bancário foi inferior à das empresas dos demais setores econômicos analisados. Contudo, o alinhamento às Recomendações da TCFD aumentou de 2018 para 2020 em todas elas, sendo os maiores aumentos: no pilar Estratégia, 20 pontos percentuais; e, em Gestão de Riscos, 19 pontos percentuais.

14 A amostra do setor bancário foi composta por 282 bancos, divididos em três setores menores: investimento e bancos de gestão de ativos; bancos grandes e diversificados; e os bancos regionais. Para todos os setores, cerca de 1.082 empresas foram avaliadas. Cerca de 1.651 empresas tiveram seus relatórios de 2018, 2019 e 2020 analisados por meio de técnicas de inteligência artificial. A pesquisa avaliou a adesão das divulgações das empresas de diferentes setores quanto às Recomendações da TCFD.

Gráfico 3: Percentual da amostra de 248 bancos que divulgaram informações relevantes de forma alinhada à TCFD



Fonte: Adaptado da TCFD "Status Report 2022"

Apesar dos avanços, parte relevante das instituições financeiras ainda não consegue divulgar o impacto financeiro causado pelas mudanças climáticas e, consequentemente, desenvolver a resiliência recomendada para lidar com esses impactos. O que não se deve apenas ao fato de que muitas das instituições aderiram à TCFD recentemente, mas também pela falta de capacidades internas, de dados confiáveis com nível adequado de granularidade e desafios metodológicos para mensuração da materialização de riscos e oportunidades em horizontes de tempo que podem ser muito longos. Isto torna o processo ainda mais desafiador, o que implica na necessidade de desenvolvimento das instituições em tais questões.

2.2 Regulação alinhada às Recomendações da TCFD

Desde o lançamento das Recomendações da TCFD em 2017, entidades governamentais e demais reguladores em várias jurisdições anunciaram intenções de incentivar atores de mercado a aperfeiçoar a gestão e transparência relacionadas aos impactos financeiros das mudanças climáticas. Esse movimento ocorreu principalmente pelo envolvimento de Ministros das Finanças (da Economia) do G7 e líderes de Bancos Centrais no grupo responsável pelo advento da TCFD.

Um estudo feito pelo FSB em 2021[15] mostrou que a maior parte das jurisdições pesquisadas estabelece – ou planeja estabelecer – requisitos ou orientações para que as organizações implementem divulgações relacionadas ao clima, como disposto no Gráfico 1 (pág. 11). O estudo indicou que 15 das 25 jurisdições (Austrália, EUA, França, Alemanha, Hong Kong, Indonésia, Índia, Itália, Japão, Holanda, Singapura, Espanha, Turquia e Reino Unido – com o Brasil recém-chegado à lista), têm requisitos em vigor; 8 jurisdições (Argentina, Canadá, China, Coreia do Sul, México, Russia, Suíça e EUA) planejam introduzir requisitos; e 2 jurisdições (Arábia Saudita e África do Sul) ainda não indicaram planos.

Os reguladores das instituições financeiras das jurisdições que já desenvolveram iniciativas informaram que os esforços se basearam na necessidade de avaliação do risco relacionado

15 Report on Promoting Climate-Related Disclosures, Financial Stability Board, julho de 2021. Disponível em: https://www.fsb.org/2021/07/report-on-promoting-climate-related-disclosures/

ao clima para as instituições financeiras; e formação de mercados financeiros sustentáveis, avaliação de oportunidades para as instituições financeiras e proteção dos investidores.

A seguir, são destacadas algumas iniciativas regulatórias recentes que endereçam o tema da mudança do clima.

União Europeia

Em abril de 2021, a Comissão Europeia publicou uma proposta de "Corporate Sustainability Reporting Directive", ou seja, uma regulação com diretrizes para reportes corporativos de sustentabilidade, a fim de alterar requisitos de relatórios existentes. Essa alteração inclui a necessidade de reporte em sustentabilidade por um grupo maior de empresas, além do cumprimento das normas desenvolvidas pelo European Financial Reporting Advisory Group. Adicionalmente, a Comissão indicou que os padrões de relatórios devam levar em conta os padrões e estruturas existentes, incluindo o arcabouço da TCFD.

Japão

A Japan's Financial Services Agency, com o Ministério da Economia e o Ministério do Meio Ambiente do país, publicou a versão final do documento "Basic Guidelines on Climate Transition Finance", considerando referências da TCFD.

Reino Unido

Em novembro de 2020, o Chanceler do Tesouro do Reino Unido à época, Rishi Sunak, anunciou[16] a intenção de o Reino Unido de obrigar, até 2025, grandes empresas e instituições financeiras a divulgar informações relacionadas ao clima, porém, indo além do que é recomendado pela própria TCFD. Ademais, foi lançado o roteiro "Roadmap towards mandatory climate-related disclosures"[17], que indica o caminho a ser percorrido para tornar as divulgações da TCFD mandatórias.

16 Disponível em: https://www.gov.uk/government/speeches/chancellor-statement-to-the-house-financial-services

17 Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/933783/FINAL_TCFD_ROADMAP.pdf

Hong Kong

As autoridades financeiras de Hong Kong, entre elas a Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA), a Comissão de Títulos e Futuros (SFC), a Autoridade de Seguros (IA), a Autoridade de Regimes Obrigatórios de Previdência e a Hong Kong Exchanges and Clearing Limited (HKEX), divulgaram suas intenções de tornar as divulgações alinhadas à TCFD obrigatórias em todos os setores relevantes até 2025[18].

Em julho de 2021, a Autoridade Monetária de Hong Kong também emitiu um modelo de orientação, indicando que instituições financeiras devam fazer divulgações relacionadas ao clima alinhadas com as Recomendações do TCFD.[19]

Estados Unidos

O apoio à TCFD tem partido de vários órgãos federais e estaduais:

- U.S. Commodity Futures Trading Commission: em setembro de 2020 – foi divulgado um relatório intitulado "Managing Climate Risk in the U.S. Financial System", com 53 recomendações para mitigar os riscos para os mercados financeiros, considerando Recomendações da TCFD e outros documentos.[20]

- U.S. Securities Exchange Commission: em julho de 2021 – após uma consulta pública, foi divulgado que a TCFD é fortemente apoiada como recomendação de divulgação obrigatória relacionada ao clima.[21]

18 Disponível em: https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2020/12/20201217-4/

19 Disponível em: https://www.hkma.gov.hk/media/eng/doc/key-functions/banking-stability/supervisory-policy-manual/GS-1_for_consultation_20Jul2021.pdf

20 Disponível em: https://www.cftc.gov/sites/default/files/2020-09/9-9-20%20Report%20of%20the%20Subcommittee%20on%20Climate-Related%20Market%20Risk%20-%20Managing%20Climate%20Risk%20in%20the%20U.S.%20Financial%20System%20for%20posting.pdf

21 Disponível em: https://www.sec.gov/comments/climate-disclosure/cll12.htm

- New York State Department of Financial Services: desde setembro de 2020 – o Superintendente de Serviços Financeiros tem feito várias ações no Estado de Nova York para contribuir com o compromisso de lidar com os riscos financeiros das mudanças climáticas, pretendendo incorporar a TCFD como uma das bases para realizar tais ações.[22]

- Estado da Califórnia: em abril de 2021 – senadores locais introduziram à legislação o Projeto de Lei SB 449, exigindo que negócios sediados na Califórnia e com mais de US$ 500 milhões de receita divulguem anualmente seus riscos financeiros relacionados ao clima, de acordo com as Recomendações da TCFD. Desde então, a E2 (uma coalizão de 2.600 líderes empresariais da Califórnia e uma coalizão de investidores institucionais com mais de US$ 88 bilhões em ativos sob administração) enviou cartas em apoio ao SB 449 para o Legislativo Estadual da Califórnia.[23]

Nova Zelândia

Em abril de 2021, como continuidade ao seu anúncio de planejar incluir divulgações financeiras relacionadas ao clima alinhadas à TCFD, a Nova Zelândia apresentou a legislação Financial Sector (Climate-related Disclosure and Other Matters) Amendment Bill. Se aprovada, entrará em vigor dentro de 12 meses após ratificação.[24]

Singapura

Em dezembro de 2020, a Autoridade Monetária de Singapura (MAS) emitiu diversas diretrizes: "Guidelines on Environmental Risk Management for Banks"[25], "Guidelines on Environmental Risk Management for Asset Managers"[26] e "Guidelines on Environmental Risk Management for Insurers"[27], definindo que as divulgações de instituições financeiras se alinhem com várias estruturas internacionais de reporte e incluam as Recomendações da TCFD. Em junho de 2021,

22 Disponível em: https://www.dfs.ny.gov/reports_and_publications/press_releases/pr202009221
23 Disponível em: https://www.ceres.org/sites/default/files/Major%20Investor%20Support%20For%20SB%20449%20(5_11)%20(1).pdf
24 Disponível em: https://www.beehive.govt.nz/release/nz-becomes-first-world-climate-reporting
25 Disponível em: https://www.mas.gov.sg/regulation/guidelines/guidelines-on-environmental-risk-management
26 Disponível em: https://www.mas.gov.sg/regulation/guidelines/guidelines-on-environmental-risk-management-for-asset-managers
27 Disponível em: https://www.mas.gov.sg/regulation/guidelines/guidelines-on-environmental-risk-management-for-insurers

a MAS publicou o "Inaugural Sustainability Report"[28], anunciando que todas as instituições financeiras do país estejam alinhadas à TCFD até junho de 2022.

A Green Finance Industry Taskforce (GFIT) de Singapura, em maio de 2021, publicou o "Financial Institutions Climate-related Disclosure Document (FCDD)"[29], guia para implementação de divulgações relacionadas ao clima, adotando as Recomendações da TCFD.

2.3 Iniciativas voluntárias engajadas na TCFD

Diversas organizações internacionais responsáveis por padrões voluntários de reporte de informações e de gestão de riscos estão incorporando a TCFD ou avançam nessa direção.

Em 2018, o Carbon Disclosure Project (CDP) – que possui um conjunto de questionários para ampliar a transparência de empresas e governos em temas ambientais – revisou seu questionário de mudanças climáticas considerando a TCFD. Entre 2018 e 2021, a revisão avançou e uma série de questionários setoriais foram lançados, também em linha com as Recomendações da TCFD.

As Recomendações da TCFD também têm sido consideradas em movimentos de harmonização entre os diferentes padrões de reporte voluntário. Em dezembro de 2020, um grupo das cinco principais organizações em relatórios de sustentabilidade – CDP, Climate Disclosure Standards Board (CDSB), Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e International Integrated Reporting Council (IIRC) – publicou o "The Better Alignment Project". Este projeto busca explorar a forma como os frameworks e padrões apoiam as organizações na preparação de divulgações ambientais, sociais e de governança (ESG: Environmental, Social and Governance), para trazer mais coerência, consistência e comparabilidade entre os documentos divulgados.

A adoção das Recomendações da TCFD como referência vem sendo apoiada por organizações como The International Financial Reporting Standards (IFRS), Financial Stability Board e International Organization for Securities Commissions (IOSCO).

28 Disponível em: https://www.mas.gov.sg/publications/sustainability-report/2021/sustainability-report
29 Disponível em: https://abs.org.sg/docs/library/financial-institutions-climate-related-disclosure-document.pdf

Em 2021, o FSB publicou um roadmap para seguir avançando na abordagem a riscos financeiros relacionados ao clima. Tal trabalho incluiu parcerias com a IFRS[30] e com a Network for Greening the Financial System (NGFS). O FSB tem como foco estimular a coordenação internacional sobre políticas relacionadas ao clima.

Também em 2021, a International Organization of Securities Commissions (IOSCO)[31] publicou seu apoio à iniciativa da IFRS de estabelecer padrões internacionais de sustentabilidade propostos pelo Conselho. Em junho de 2021, a IOSCO divulgou um "Relatório sobre Divulgações do Emissor" relacionadas à sustentabilidade, delineando o trabalho de sua Sustainable Finance Taskforce (STF) para aperfeiçoar as divulgações relacionadas à sustentabilidade de emissores de dívida corporativa, baseando-se na estrutura da TCFD.[32]

A NGFS – que reúne um grupo cada vez maior de bancos centrais e demais reguladores e supervisores financeiros – também tem avançado nas discussões e orientações para que estas entidades ampliem a incorporação de riscos climáticos em suas práticas de transparência, regulação e supervisão.[33]

30 A IFRS é uma organização de interesse público sem fins lucrativos criada para desenvolver padrões de divulgação de contabilidade e sustentabilidade de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e globalmente aceitos e para promover e facilitar a adoção dos padrões.

31 IOSCO é o órgão internacional que reúne os reguladores de valores mobiliários e é reconhecido como o definidor global de padrões para mercados de capitais. A IOSCO desenvolve, implementa e promove a adesão a padrões internacionalmente reconhecidos para regulação de valores mobiliários.

32 Disponível em: https://www.iosco.org/about/?subsection=about_iosco

33 Disponível em: https://www.ngfs.net/en

3. Panorama regulatório no Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) tem realizado grandes avanços na agenda climática, principalmente a partir de 2020, quando lançou o Pilar de Sustentabilidade de sua agenda estratégica (Agenda BC#), de modo a ampliar a incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas na gestão de riscos e na responsabilidade corporativa dos bancos e demais entidades por ele reguladas. Nesse mesmo ano, o BCB formalizou o apoio à TCFD e aderiu ao NGFS.

Em 2021, além de lançar seu primeiro relatório sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e relacionados com o clima,[34] o regulador promoveu uma atualização em seu arcabouço normativo com o Conselho Monetário Nacional (CMN). Uma série de resoluções e instruções normativas tem sido publicada desde então, somando-se às normas socioambientais anteriormente existentes.

- **Res. CMN 4945/2021**, que institui a Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC) e que substituiu a Resolução 4.327/2014.

- **Res. CMN 4943/2021**, que dispõe sobre o gerenciamento integrado ao risco social, ambiental e climático, substituindo a Resolução 4.557/2017.

- **Res. BCB 139/2021**, que tem como objetivo o aprimoramento da divulgação de informações sociais, ambientais e climáticas por instituições financeiras, com base nas Recomendações da TCFD, por meio do "Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas" (Relatório GRSAC).

- **Res. BCB 151/2021**, que discorre sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos pelas instituições financeiras (DRSAC).

34 Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorio-risco-oportunidade/relatorio_riscos_oportunidades_sociais_ambientais_climaticas_0921.pdf

Para além do setor bancário, houve avanço também com relação às exigências de transparência para companhias abertas. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 59/2021 para alterar a Resolução CVM 480/2009, que definia as regras de publicação do Formulário de Referência de empresas listadas em Bolsa. Esse documento é usado para apresentar informações relevantes a investidores; e a nova Resolução passou a incorporar informações relativas a práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG: Environmental, Social and Governance), com muitos dos pontos a ser reportados no modelo de "relate ou explique". Entre essas informações, estão incluídas perguntas para identificar se as empresas seguem as Recomendações da TCFD e se fazem inventário das emissões de gases do efeito estufa, em seus diferentes escopos.

Atualização do NORMATIVO SARB 014/14[35]

No Brasil, houve avanço também no âmbito da autorregulação bancária. A Febraban aprovou, em dezembro de 2020, a revisão dos compromissos de autorregulação voltados à responsabilidade e à gestão dos riscos socioambientais nas instituições financeiras, por meio da atualização de seu normativo SARB 014/2014.

O normativo passou a incorporar, dentre outros, requisitos para gerenciamento e reporte dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas nos negócios das instituições, em linha com as Recomendações da TCFD. As instituições signatárias tiveram até junho de 2021 para se adequarem aos novos requisitos.

Em função das novas demandas regulatórias do Banco Central do Brasil no campo social, ambiental e climático, a Febraban prevê uma nova revisão dos normativos do Eixo Socioambiental de sua Autorregulação Bancária, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023.

35 Disponível em: http://cms.autorregulacaobancaria.com.br/Arquivos/documentos/PDF/Normativo%20SARB%20014%20-%20alterada%20pela%20Deliberacao%20031%20-%20sem%20marcas(1).pdf

4. Progresso das ações no âmbito da Febraban

Ao final de 2018, a Febraban formalizou seu apoio à TCFD e, além de recomendar uma série de ações a serem executadas pelos bancos, definiu medidas a serem adotadas pela própria Federação, em apoio à implementação das Recomendações da Força-tarefa no setor bancário brasileiro.

Essas ações integraram um Roadmap divulgado em 2019[36], que foi desenvolvido com os bancos associados que integram voluntariamente frentes de trabalho da Federação sobre o tema. Desde então, o progresso dessas ações e as atualizações do Roadmap vêm sendo reportados anualmente, nas publicações "Roadmap Febraban para Implementação da TCFD/FSB no Setor Bancário Brasileiro"[37].

Este capítulo atualiza o progresso das ações do Roadmap Febraban, que incluem a disseminação e troca de conhecimento, o desenvolvimento de metodologias e a produção de ferramentas.

A Tabela 2 (pág. 23) apresenta as mais de 20 ações desenvolvidas pela Febraban desde a publicação do Roadmap, divididas em quatro categorias:

a) Capacitação – treinamentos para ampliar o conhecimento dos colaboradores de diferentes áreas dos bancos;

b) Ferramenta – elaboração de metodologias e/ou ferramentas para uso dos bancos, visando atender às demandas específicas da TCFD;

c) Guia – elaboração de publicações sobre elementos da TCFD, para orientar a atuação dos bancos e disseminar o conhecimento; e

d) Engajamento – realização de eventos para compartilhamento de informações, visando fomentar o assunto e sensibilizar stakeholders.

36 Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Roadmap%20Febraban%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20TCFD-FSB%20-%20FINAL.pdf

37 Disponível em: https://febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019

Tabela 2: Ações desenvolvidas pela Febraban

	Categoria	Atividade	Descrição	Publicação	Status
1	**Ferramenta**	Ferramenta de Correlação TCFD *vs* Demais Frameworks	Ferramenta de correlação que permite identificar a correspondência entre as orientações de divulgação da TCFD e outras demandas de gestão e transparência a respeito de risco e oportunidades socioambientais, como GRI e Resoluções do CMN/BCB. Esta ferramenta busca facilitar o atendimento a todas essas demandas. OBS.: Uma versão atualizada desenvolvida pela Febraban e disponibilizada no início de 2023.	2019 [elaboração] 2022 [atualização]	Concluído
2	**Ferramenta**	Revisão da Taxonomia Verde da Febraban	Revisão da Taxonomia Verde da Febraban[38] (inicialmente desenvolvida em 2014-15). Uma das categorias de classificação, a de "Exposição às Mudanças Climáticas", identifica atividades econômicas que, por sua natureza, estão mais expostas aos impactos das mudanças climáticas. A metodologia considera a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a definição da TCFD sobre setores mais sensíveis ao tema. Com isso, os bancos podem, entre outros usos, utilizar a taxonomia para identificar exposição da sua carteira a setores que possam ser mais impactados pelas mudanças climáticas. Também foram atualizadas as categorias de "Economia Verde" e "Exposição ao risco ambiental", utilizando referências internacionais, como a Taxonomia da União Europeia, os Climate Bonds Standards e os Social Bond Principles, e mapeadas as linhas de financiamento federais de agricultura sustentável e energia renovável. O processo de revisão conferiu maior transparência à metodologia, que passou por uma consulta pública, tornou-se 100% disponível e foi acompanhada por um "Guia da Taxonomia Verde da Febraban",[39] que traz informações detalhadas sobre a metodologia, seus possíveis usos e limitações.	2020 e 2021 [revisão]	Concluído

38 Taxonomia Verde da Febraban, disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/MSExcel/Febraban%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20da%20Taxonomia_20210217.xlsx

39 Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_Explicativo_da_Taxonomia_Verde_da_Febraban.pdf

3 e 4	**Ferramenta**	Régua Multissetorial de Sensibilidade ao Risco Climático (elaboração e atualização)	Elaboração de ferramenta, inicialmente chamada de "Régua de Sensibilidade ao Risco Climático"[40], para permitir uma análise da sensibilidade da carteira de crédito dos bancos aos riscos climáticos em diferentes setores e níveis de granularidade. Após aplicações piloto por parte dos bancos, a "Régua" passou por uma atualização	2019 [elaboração] 2021 e 2022 [atualização]	**Concluído**
5	**Ferramenta**	Ferramenta para estimativa de emissões	Lançamento da Ferramenta para estimativa de emissões de CO_2,[41] desenvolvida em parceria com a iniciativa Investidores Pelo Clima (IPC)[42]. Disponibiliza fatores de emissão de setores-chave da economia nacional, facilitando a mensuração de emissões financiadas por parte de instituições financeiras. A estimativa é baseada em informações públicas de emissões escopo 1 e 2 de mais de 600 empresas brasileiras de capital aberto.	2021 e 2022 [elaboração]	**Concluído**
6 e 7	**Ferramenta**	Ferramentas de análises de cenários tropicalizados (riscos físicos e de transição)	Desenvolvimento de cenários climáticos para setores considerados prioritários pelas instituições financeiras, com participação da WayCarbon, para cenários de riscos físicos; e COPPE/UFRJ, para cenários de riscos de transição. O trabalho resultou na disponibilização de bases de dados para uso interno aos bancos associados, contendo projeções de variáveis-chave dos setores de Agricultura, Geração de Eletricidade, Óleo e Gás e Biocombustíveis. [Veja mais detalhes no quadro ao final desta seção.]	2019 a 2022 [elaboração]	**Concluído**
8 e 9	**Ferramenta**	Régua de Sensibilidade de Agro às Mudanças Climáticas (elaboração e piloto)	Elaboração da Régua de Sensibilidade para a carteira Agro, ferramenta que permite uma análise da sensibilidade da carteira de crédito dos bancos aos riscos climáticos para suas carteiras de financiamento à agricultura e pecuária. Piloto para a aplicação da Régua, com rodada de discussão entre bancos. Será disponibilizado publicamente um "Guia de Apoio à Aplicação da Régua Agro".	2021 [elaboração] 2022 [piloto e revisão]	**Concluído**

40 Régua de Sensibilidade ao Risco Climático: Guia orientador para uso dos bancos. Disponível em: https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019

41 Ferramenta para estimativa de emissões de CO_2 e versão beta. Disponível em: https://info.sitawi.net/emissao-co2

42 O IPC é uma iniciativa da NINT, com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), através de seu Programa Economia Zero Emissões, e tem como principal objetivo o de engajar e capacitar investidores profissionais locais para que avancem na agenda da descarbonização de portfólios, enquanto buscam retornos melhor ajustados ao risco. Disponível em: https://www.investidorespeloclima.com.br/oipc

10 e 11	**Capacitação**	Treinamentos TCFD (riscos e oportunidades climáticos; e impactos setoriais)	Workshops com bancos associados, a respeito dos potenciais impactos das mudanças climáticas, riscos climáticos no setor financeiro e Recomendações da TCFD. Workshops sobre as transmissões dos riscos climáticos aos bancos, as estratégias de mitigação e as oportunidades em três setores específicos: Agropecuária, Energia (incluindo Utilidades Elétricas e Óleo & Gás) e Mineração e Metalurgia.	2019 e 2020	**Concluído**
12	**Capacitação**	Orientações aos bancos sobre adaptações às novas normas BCB/CMN	Reuniões com bancos associados para apresentação e discussão técnica a respeito das novas resoluções e instruções normativas, publicadas pelo CMN e BCB, que passaram a incluir o risco climático e estão alinhadas às Recomendações da TCFD. Compartilhamento de material explicativo das resoluções.	2022	**Concluído**
13 e 14	**Guia/ Capacitação**	Curadoria de ferramentas restritas e abertas (Guia e reuniões técnicas)	Elaboração de um "Guia de Ferramentas de Apoio à Gestão de Risco Climático", apresentando conjunto de ferramentas prioritárias que visam auxiliar os bancos na análise de riscos climáticos da concessão crédito, incluindo ferramentas gratuitas e restritas. Reuniões técnicas com organizações responsáveis por algumas das principais ferramentas disponíveis no mercado. Atualização do "Guia de Ferramentas"[43], com a incorporação de novas ferramentas para utilização dos bancos.	2019 [elaboração] 2021 [atualização]	**Concluído**
15 e 16	**Guia**	Relatórios de progresso (2019, 2020 e 2021)	Elaboração dos relatórios "Roadmap Febraban para Implementação da TCFD/FSB no Setor Bancário Brasileiro", com informações sobre o progresso das ações da Febraban e do setor bancário brasileiro e com a evolução do tema internacionalmente, de modo a gerar referências para os bancos brasileiros.	2019 [elaboração] 2020 [atualização] 2021 e 2022 [atualização]	**Concluído**

43 Guia de ferramentas abertas e restritas. Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_Ferramentas_Riscos_climaticos_2021.pdf

17	**Guia**	Guia sobre mensuração e reporte de emissões GEE	Elaboração do "Guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário"[44], que traz um panorama das emissões desses gases do setor bancário brasileiro, metodologias e boas práticas para mensuração de emissões financiadas, além das dificuldades e recomendações para sua implementação no Brasil.	2020 [elaboração]	**Concluído**
18	**Engajamento**	Realização de eventos abertos	Realização de eventos de sensibilização e disseminação do tema TCFD, tais como: > 56ª edição do Café com Sustentabilidade Febraban,[45] com o tema "Impactos financeiros das mudanças climáticas nos negócios" pela Febraban, com apoio da SITAWI. > 58ª edição do Café com Sustentabilidade,[46] com o tema "Rumo a um sistema bancário mais verde: a experiência brasileira" pela Febraban, Banco Central do Brasil e Bank of International Settlements.[47] > 59ª edição do Café com Sustentabilidade,[48] com o tema "Desafios climáticos e avanços do setor financeiro" pela Febraban, com participação das organizações UNEP-FI, COPPE-UFRJ, CNSEG, Abrapp, Amec, B3 e NINT (à época, como SITAWI).[49] Ademais os seguintes podcasts foram realizados: > Bancos intensificam emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis.[50] > Qual o papel do setor financeiro na corrida pelo carbono zero?[51] > Práticas sustentáveis e sociais direcionam negócios e sociedade.[52] > Bancos ajudam a desenvolver negócios na Economia Verde.[53] Por fim, o artigo "Papel dos bancos é apoiar empresas na transição para Economia Verde, avaliam especialistas"[54], foi publicado.	2019 a 2022	**Ação contínua**

44 "Guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário". Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_Mensuracao_GEE_final.pdf

45 "Guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário". Disponível em: https://cafecomsustentabilidade.febraban.org.br/edicoes/edicao-56/

46 Disponível em: https://cafecomsustentabilidade.febraban.org.br/edicoes/edicao-58/

47 Disponível em: https://noomis.febraban.org.br/videos/rumo-a-um-sistema-bancario-mais-verde-a-experiencia-brasileira?pesquisa=Rumo%20a%20um%20sistema%20banc%C3%A1rio%20mais%20verde:%20a%20experi%C3%AAncia%20brasileira

48 Disponível em: https://cafecomsustentabilidade.febraban.org.br/edicoes/edicao-59/

49 Disponível em: https://noomis.febraban.org.br/videos/especialistas-falam-dos-desafios-da-transicao-para-economia-verde-e-de-baixo-carbono-no-setor-financeiro-assista?pesquisa=sitawi

50 Disponível em: https://febrabantech.febraban.org.br/videos/bancos-intensificam-emissao-de-titulos-verdes-sociais-e-sustentaveis?pesquisa=sustentabilidade

51 Disponível em: https://noomis.febraban.org.br/podcasts/qual-o-papel-do-setor-financeiro-na-corrida-pelo-carbono-zero-ouca?pesquisa=sitawi

52 Disponível em: https://febrabantech.febraban.org.br/podcasts/praticas-sustentaveis-e-sociais-direcionam-negocios-e-sociedade-ouca?pesquisa=sitawi

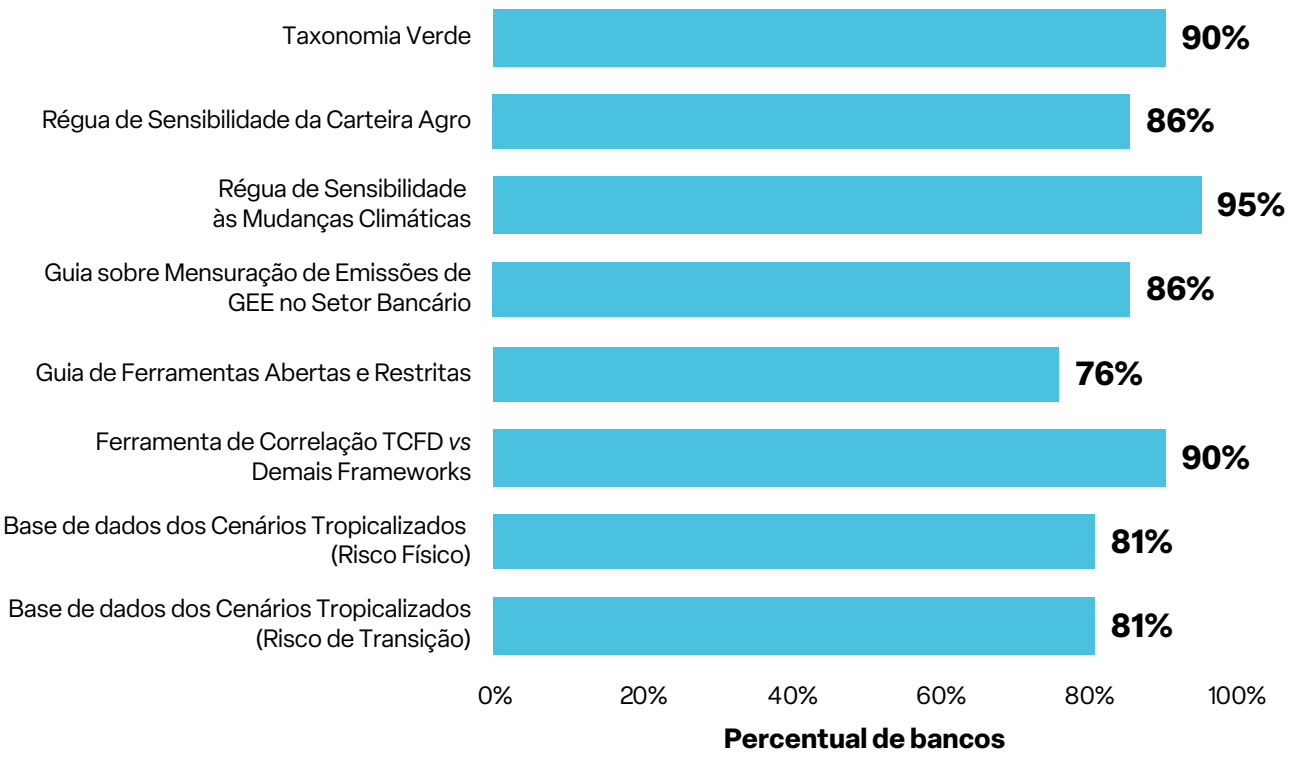
53 Disponível em: https://noomis.febraban.org.br/podcasts/bancos-ajudam-a-desenvolver-negocios-na-economia-verde-ouca?pesquisa=sitawi

54 Disponível em: https://febrabantech.febraban.org.br/temas/sustentabilidade/papel-dos-bancos-e-apoiar-empresas-na-transicao-para-economia-verde-avaliam-especialistas?pesquisa=sitawi

19	**Engajamento**	Diálogo com entidades colegiadas	Buscando apresentar o engajamento do setor bancário no tema e construir uma agenda colaborativa com associações-chave, a Febraban vem realizando uma série de diálogos com outras entidades representativas do setor financeiro e empresarial.	2019 a 2022	**Ação contínua**
20	**Engajamento**	Compartilhamento de conteúdo da TCFD com outros públicos da Febraban	Para expandir o conhecimento e sensibilização de diferentes áreas das instituições financeiras acerca das Recomendações da TCFD, a Febraban realizou diálogos com outros grupos da Federação, tais como os relacionados à Economia, Riscos e Regulação Prudencial, além de organizar comissões para discussão como Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS até 2021) e Comitê ESG (desde 2022).	2019 a 2022	**Ação contínua**

Dentre as entregas, destaca-se o uso frequente, por parte dos bancos, da "Régua de Sensibilidade às Mudanças Climáticas", da "Taxonomia Verde", do "Guia sobre Mensuração de Emissões de GEE no Setor Bancário" e do "Guia de Ferramentas Abertas e Restritas".

Gráfico 4: Utilização das ferramentas disponibilizadas pela Febraban para bancos



Nota: Pesquisa elaborada com 21 associados à Febraban, referente a 2021.

Fonte: NINT / Elaboração própria, 2022

Os quadros a seguir destacam alguns resultados da iniciativa relacionada aos Cenários Climáticos Tropicalizados:

Cenários Climáticos Tropicalizados

Uma das ações necessárias para a implementação das Recomendações da TCFD é a análise de cenários climáticos. Os desafios para avançar nesta frente incluem o acesso a dados e modelos climáticos prospectivos que indiquem como cada atividade econômica no Brasil poderá ser afetada pelas mudanças climáticas – o que varia em função da natureza da atividade, da localização geográfica e das práticas de gestão – e o entendimento de como se dá a transmissão desses impactos nas instituições financeiras e em seus requerimentos de capital.

Após a realiação de um piloto com a United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP FI), bancos brasileiros sinalizaram a escassez de variáveis com granularidade nacional e local – visto que o Brasil é um país de proporções continentais – para alimentar os cenários climáticos. Nesse sentido, identificou-se a necessidade de se avançar em uma "tropicalização", ou seja, a construção de cenários adaptados às especificidades dos riscos físicos e de transição do Brasil, a fim de que os bancos tivessem informações adequadas para a elaboração de cenários.

Posto isso, no âmbito do Roadmap da TCFD, a Febraban desenvolveu cenários climáticos para alguns setores da Economia. O trabalho foi realizado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), para riscos de transição; e pela WayCarbon, para riscos físicos. Ambos disponibilizaram bases de dados que podem ser utilizadas para análises customizadas da carteira de crédito dos bancos.

Cenários climáticos de risco de transição

O objetivo foi analisar trajetórias para os sistemas energéticos e agropecuários no Brasil, em um modelo de transição para um mundo de baixo carbono, para avaliar riscos e oportunidades. A metodologia, desenvolvida em parceria com a COPPE/UFRJ, foi baseada em Modelos de Avaliação Integrada (Integrated Assessment Models – IAMs) que permitem avaliar as interações entre os diferentes setores da economia.

Setores avaliados:

- Elétrico (geração de eletricidade hidrelétrica, carvão, nuclear, eólica, solar)
- O&G
- Biocombustíveis
- Agricultura (arroz, cana-de-açúcar, café, feijão, fibras, milho, soja, trigo, floresta plantada)

Cenários:

- Políticas atuais (Current Policies)
- NetZero 2050 com redução mais rápida de desmatamento (desmatamento ilegal zero em 2030)
- NetZero 2050 com trajetória de redução mais lenta de desmatamento

Projeção temporal: 2025, 2030, 2035, 2040, 2045, 2050

Granularidade: blocos logísticos (regiões – CO, N, NE, S, SE)

A partir dos resultados da modelagem disponibilizada para uso interno dos associados da Febraban, a base de dados incluiu projeções de oferta e demanda de energia e commodities agropecuárias para cada cenário climático de longo prazo.

Figura 2: Amostra da base de dados da análise de cenário de riscos de transição

CENÁRIO: **Políticas atuais (Current Policies)** VARIÁVEL: **Produção** UNIDADE: **Mil toneladas (kt)**

Região	Cultura	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
Sudeste	Arroz	42	44	45	46	46	46	46
Sul	Arroz	9.231	9.769	10.231	10.676	10.982	11.141	11.245
Nordeste	Arroz	324	336	344	351	354	353	350
Norte	Arroz	992	1.028	1.053	1.075	1.084	1.080	1.071
Centro-Oeste	Arroz	594	616	631	644	649	647	641
Brasil	**Arroz**	**11.183**	**11.792**	**12.304**	**12.792**	**13.115**	**13.266**	**13.352**
Sudeste	Café	3.309	3.484	3.665	3.896	4.075	4.184	4.257
Sul	Café	57	57	58	59	59	60	61
Nordeste	Café	239	247	254	228	205	184	166
Norte	Café	147	148	150	152	154	156	158
Centro-Oeste	Café	24	25	26	26	27	28	28
Brasil	**Café**	**3.776**	**3.961**	**4.152**	**4.361**	**4.521**	**4.612**	**4.670**
Sudeste	Cana-de-Açúcar	415.044	490.986	517.792	559.274	476.327	427.412	475.527
Sul	Cana-de-Açúcar	34.384	42.332	42.882	46.306	39.456	35.408	39.391
Nordeste	Cana-de-Açúcar	49.121	51.726	50.341	50.813	50.537	50.379	51.003
Norte	Cana-de-Açúcar	3.723	3.920	3.815	3.851	3.830	3.818	3.865
Centro-Oeste	Cana-de-Açúcar	140.446	174.896	175.158	189.148	161.166	144.632	160.899
Brasil	**Cana-de-Açúcar**	**642.718**	**763.860**	**789.988**	**849.392**	**731.317**	**661.648**	**730.685**
Sudeste	Feijões	753	785	812	838	855	862	867
Sul	Feijões	760	793	820	846	863	870	875
Nordeste	Feijões	859	908	953	1.000	1.032	1.048	1.059
Norte	Feijões	76	78	80	82	83	82	82
Centro-Oeste	Feijões	774	807	835	861	879	886	891
Brasil	**Feijões**	**3.222**	**3.372**	**3.500**	**3.627**	**3.710**	**3.750**	**3.773**

Cenários climáticos de riscos físicos

Em relação aos cenários climáticos de riscos físicos, elaborado em parceria com a Way-Carbon, foram avaliados os setores de Energia e Agrícola. No estudo, foi utilizado um cenário de business as usual (BAU), considerando um conjunto de modelos climáticos globais e regionais, além dos seguintes horizontes temporais: histórico (1976-2006), 2030 e 2050. Os cenários consideraram variáveis de temperatura, disponibilidade de água, área agrícola e densidade de potencial eólico. Para o setor agrícola, foram consideradas diferentes culturas, como algodão e café, por mesorregiões. Para o setor de energia, foram contemplados centenas de ativos de geração hidroelétrica e de geração de energia eólica.

Os dados utilizados são provenientes da média do conjunto de modelos climáticos regionais do CORDEX[55], forçados pelos modelos globais do CIMP5, para se chegar a resultados mais robustos e com melhor consistência de desempenho por considerar mais aspectos de predição a partir de um conjunto de modelos.

Setores avaliados:

- Elétrico (geração de eletricidade – hidrelétrica e eólica)
- Agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e café)

Cenário:

- RCP 8.5

Projeção temporal: 2030 e 2050

Granularidade: mesorregiões (agro e eólico), ottobacias (hidrelétrica)

55 Disponível em: ttps://cordex.org/

Figura 3: Amostra da base de dados da análise de cenário de riscos físicos

Cultura	Estado	Município	Mesorregião	Ganho ou perda de áreas (hectares)		
				Histórico	2030	2050
Milho	Rio Grande do Sul	Cachoeirinha	Metropolitana de Porto Alegre	41672	42484	43250

Ganho ou perda de áreas em hectares das culturas por mesorregiões do Brasil

Área plantada ou destinada à colheita							
Café (ha)					Milho (ha)		
Histórico	Área 2030	Variação 2030 (%)	Área 2050	Variação 2050 (%)	Histórico	Área 2030	Variação 2030 (%)
NA	NA	NA	NA	NA	15689	16576	5,66
NA	NA	NA	NA	NA	33160	30120	-9,17
1101	1104	0,30	1124	2,13	35025	32042	-8,52
NA	NA	NA	NA	NA	17411	14445	-17,04
NA	NA	NA	NA	NA	57342	45651	-20,39
813	912	12,23	1023	25,84	40352	40128	-0,55
2008	2224	10,73	2348	16,93	12589	12979	3,10
17317	17629	1,80	18231	5,28	246683	244769	-0,78
NA	NA	NA	NA	NA	38	37	-2,31
70	64	-8,42	63	-10,67	44380	40472	-8,81
14502	15475	6,71	16201	11,71	68264	69049	1,15
NA	NA	NA	NA	NA	21227	17583	-17,17

5. Avanço na implementação das Recomendações da TCFD

Este capítulo traz informações sobre a evolução na implementação das Recomendações da TCFD pelos bancos no Brasil. As informações advêm de duas pesquisas realizadas pela Febraban, a primeira feita na elaboração do Roadmap, em 2018, respondida por 28 bancos; e a segunda contando com a participação de 21 bancos, referente a 2021.

5.1 Visão geral

A pesquisa apresentada na Tabela 3 mostra a evolução do engajamento dos bancos no Brasil, frente às Recomendações da TCFD, em 2018 e 2021. Constata-se uma redução relevante de bancos que desconheciam a iniciativa, mas reforça-se que o espaço amostral utilizado em 2021 é menor que em 2018, podendo causar distorções na conclusão.

Tabela 3: Engajamento dos bancos às Recomendações da TCFD

Apoio às Recomendações da TCFD	2018	2021
Pretendemos ou estamos implementando as Recomendações, e já as apoiamos formalmente	16[56]	6
Pretendemos ou estamos implementando as Recomendações, mas ainda não as apoiamos formalmente		13
Ainda não conhecemos as Recomendações da TCFD	10	2
Não temos intenção de implementá-las	2	0
Total de respondentes	28	21

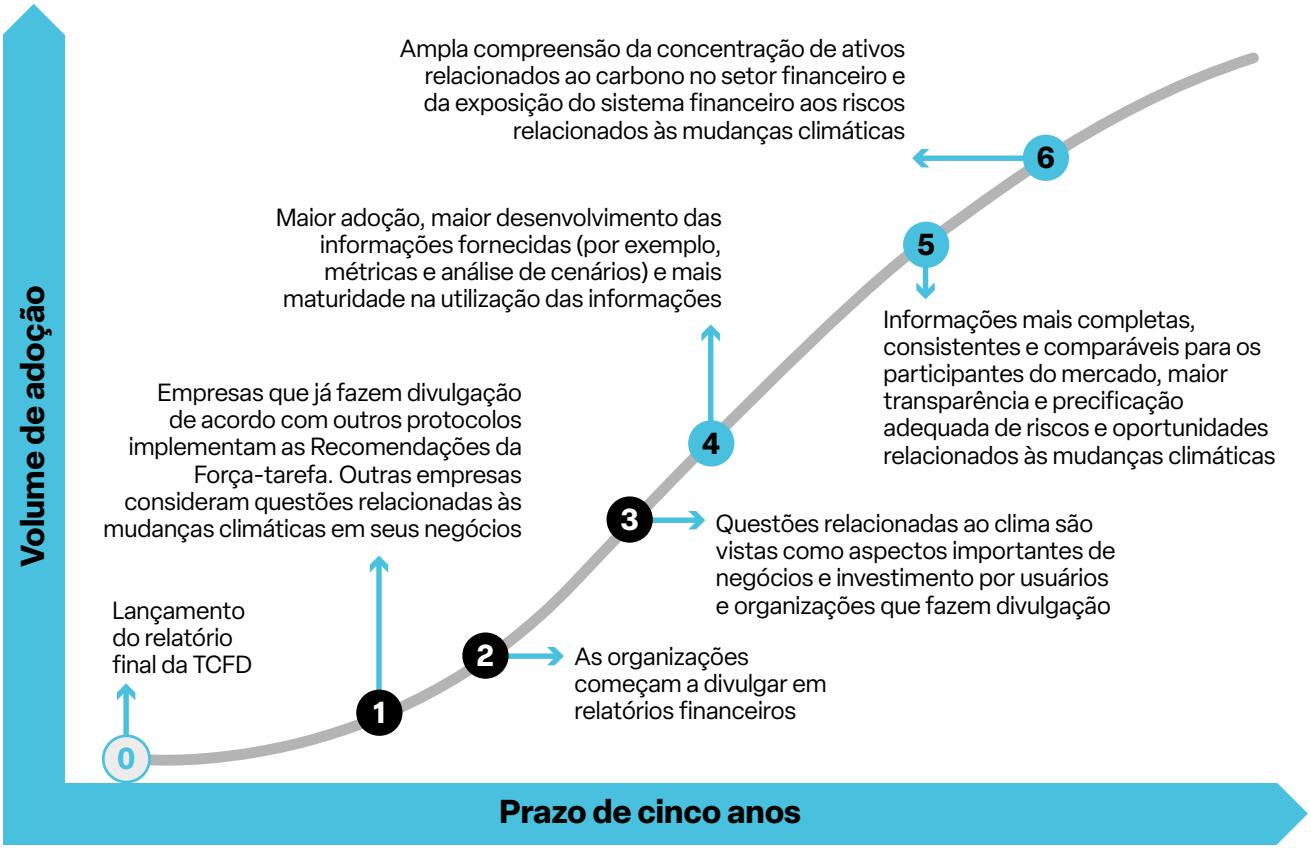
Fonte: Elaboração própria, 2022

56 Em 2018, não havia a abertura dos bancos que já apoiavam formalmente a iniciativa.

Com base na Figura 4, "Caminho para implementação", adaptada do relatório das "Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas", é possível fazer um exercício do progresso dos bancos no Brasil.

A figura indica uma possível trajetória no desenvolvimento da agenda da TCFD, com aumento gradual e difundido da adoção das Recomendações em um período de 5 anos. Vale destacar que uma parte considerável das instituições financeiras brasileiras já atingiram o ponto 3 da figura abaixo, passando pelos três primeiros (pretos), e agora estão se desenvolvendo internamente para atingir os pontos seguintes (azuis).

Figura 4: Caminho para implementação – adaptada para situação dos bancos brasileiros



Fonte: Adaptado da TCFD "Status Report 2021"

A seguir, cada um dos estágios indicados na Figura 4 (pág. 34), é analisado no contexto da implementação das Recomendações da TCFD pelos bancos no Brasil:

1. Empresas que já fazem divulgação de acordo com outros protocolos implementam as Recomendações da Força-tarefa. Outras empresas consideram questões relacionadas às mudanças climáticas em seus negócios.

A maior parte dos bancos realiza divulgação de informações relacionadas às mudanças climáticas no Relatório Anual / Sustentabilidade (10 bancos) ou incorporaram a questão climática nas operações de crédito (13 bancos). Estes números podem sinalizar a incorporação das Recomendações da TCFD por instituições que não fazem divulgação através de protocolos.

O uso de questionários de terceiros (ex.: Índice de Sustentabilidade Empresarial, CDP, Dow Jones Sustainability Index) para divulgação das informações foi o segundo tipo de reporte mais utilizado, sendo adotado por 8 bancos. Isto confirma o engajamento dos bancos que respondem a esses protocolos, além de demonstrar que os questionários têm absorvido as Recomendações da TCFD.

2. As organizações começam a divulgar as questões climáticas em seus relatórios financeiros

De acordo com a pesquisa, 7 bancos dos 21 respondentes começaram a divulgar informações climáticas em seus relatórios financeiros, como os Formulários de Referência da CVM e relatórios de gerenciamento de riscos. Apesar disso, o reporte tem sido feito, majoritariamente, de forma parcial, i.e., comunicando apenas algumas das divulgações recomendadas pela TCFD.

3. Questões relacionadas ao clima são vistas como aspectos importantes de negócios e investimento por usuários e organizações que fazem divulgação

A avaliação dos impactos dos riscos e oportunidades climáticos nos negócios, na estratégia e no planejamento financeiro foi reportada por 12 bancos e houve a incorporação da questão climática no desenvolvimento de produtos por 10 bancos. Também houve um aumento

relevante na participação do Conselho de Administração e Diretoria Executiva na gestão de riscos e oportunidades climáticos, com 14 bancos. Esses indicadores demonstram o aumento da importância do assunto nas instituições, à medida que passa a atingir fóruns estratégicos de governança, além da agenda de negócios.

4. Maior adoção, maior desenvolvimento das informações fornecidas (por exemplo, métricas e análise de cenários) e mais maturidade na utilização das informações

Apesar da diferença amostral de 2018 e 2021, verifica-se um aumento geral na adoção das Recomendações da TCFD pelos bancos no Brasil. Por outro lado, muitos pontos avaliados no pilar de Métricas e Metas tiveram um resultado tímido e com menor avanço em termos de profundidade. Por exemplo, apenas 1 banco reportou no Formulário de Referência informações sobre este pilar e apenas 3 bancos mensuraram as emissões financiadas. Desta forma, entende-se que os bancos estão caminhando para este item, que será reforçado pelas novas normas do BCB ao requererem o desenvolvimento de metodologias para o gerenciamento de riscos climáticos (Resolução CMN nº 4.943), como teste de estresse.

5. Informações mais completas, consistentes e comparáveis para os participantes do mercado, maior transparência e precificação adequada de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

As informações divulgadas pelos bancos são predominantemente parciais, principalmente nos relatórios financeiros. Os bancos ainda estão amadurecendo seus processos e metodologias para realizarem divulgações mais completas e robustas, com precificações de riscos e oportunidades climáticos. Com as novas normas do BCB, que demandam a padronização na divulgação de informações relacionadas à TCFD por meio de tabelas (Resolução BCB nº 139), haverá um avanço dos bancos neste item.

6. Ampla compreensão da concentração de ativos relacionados ao carbono no setor financeiro e da exposição do sistema financeiro aos riscos relacionados às mudanças climáticas

11 dos 21 bancos respondentes já fazem internamente a avaliação da concentração de suas carteiras nos setores com alta exposição às mudanças climáticas, seja por meio da Taxonomia Verde da Febraban ou de metodologias próprias. A exigência das novas normas do BCB sobre a divulgação do Documentos de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC) possibilitará que a supervisão avalie a exposição do sistema financeiro frente às mudanças climáticas.

Posto isso, as novas normas do BCB foram publicadas em um bom momento da agenda dos bancos na sua jornada de implementação das Recomendações da TCFD. A maior parte dos bancos, como destacado anteriormente, está se aproximando do ponto 4, listado anteriormente, da Figura 4 (pág. 34), que será reforçado por este conjunto normativo.

5.2 Reporte em relação aos pilares da TCFD

As recomendações de divulgação da TCFD estão estruturadas em 4 dimensões, indicadas na Figura 5, que são importantes para a operação de qualquer organização: Governança, Estratégia, Gestão de Risco e Métricas e Metas. Esta estrutura de divulgação permite às partes interessadas a compreensão de como as organizações analisam e gerenciam os riscos e as oportunidades climáticos.

Figura 5: Dimensões das recomendações de divulgação da TCFD

Fonte: Tradução de figura do Relatório "Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas", de 2017

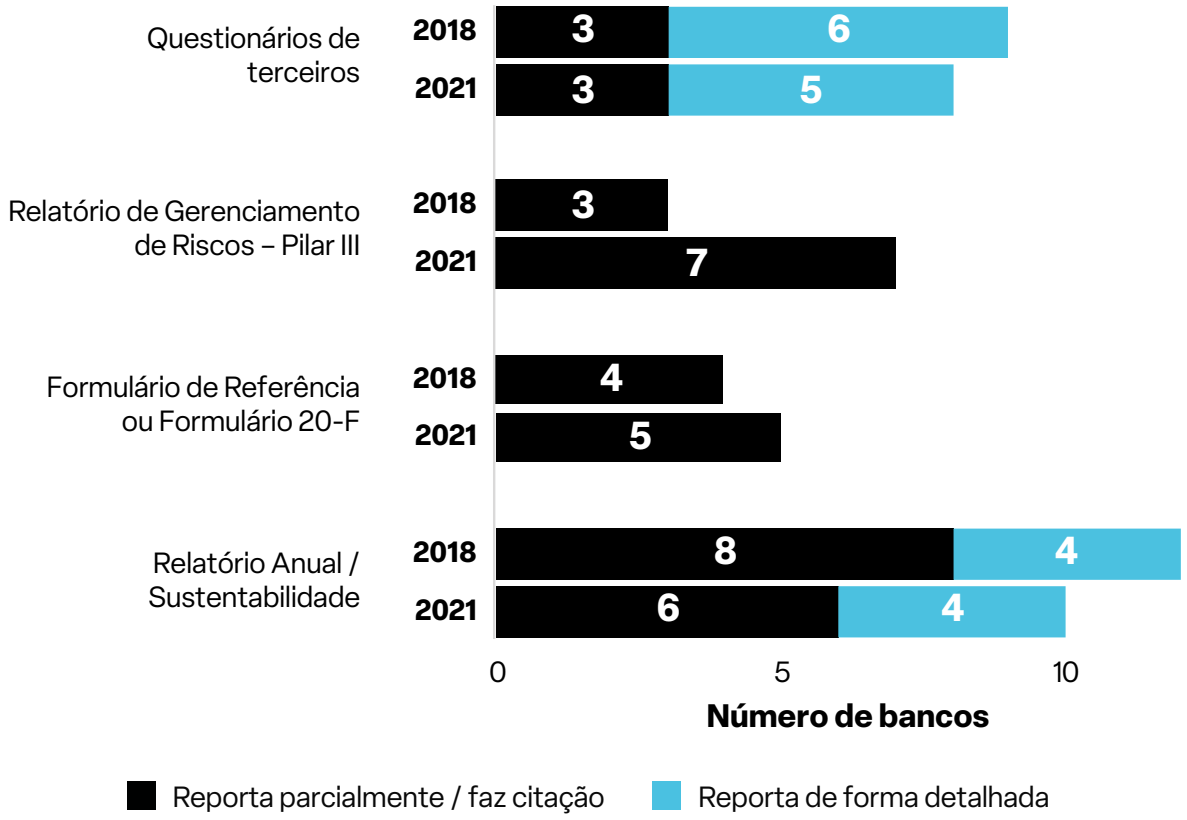
5.2.1 Governança

Os bancos têm divulgado publicamente as responsabilidades das diferentes instâncias na gestão do risco climático em diferentes relatórios de gestão, destacando-se: Relatório Anual / Sustentabilidade, Formulário de Referência ou Formulário 20-F e Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III.

Um grupo menor, formado por bancos participantes de iniciativas que requerem transparência específica sobre temas ESG, também tem utilizado as iniciativas para reportar sobre sua governança de riscos e oportunidades climáticos. Exemplos são os questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial, Dow Jones Sustainability Index e CDP (antes, Carbon Disclosure Project).

Além disso, entre 2018 e 2021, destaca-se o aumento da inclusão da informação sobre Governança no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III, como pode-se observar no Gráfico 5 (pág. 40).

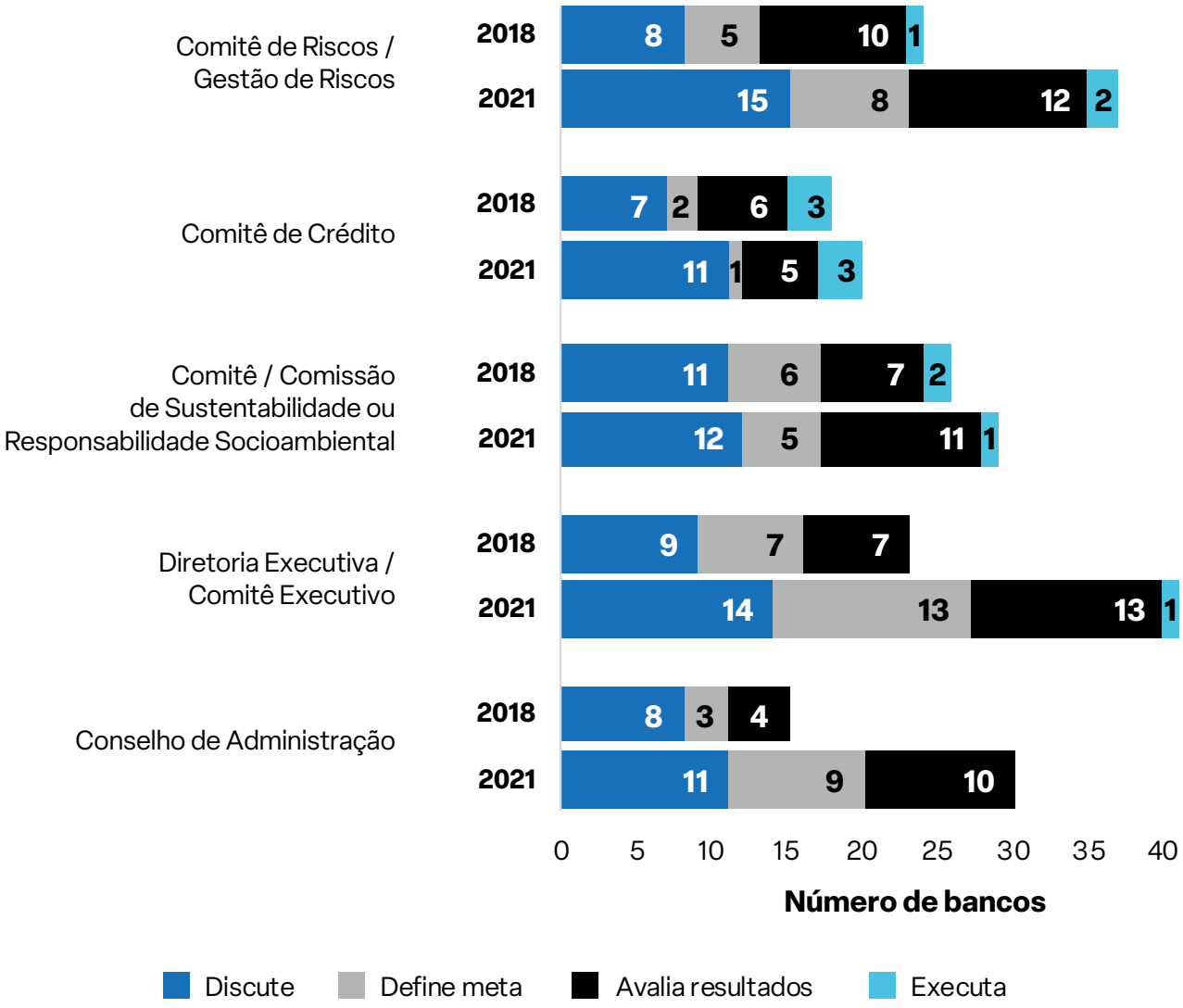
Gráfico 5: Reporte sobre o pilar Governança, 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

Diferentes instâncias dos bancos têm assumido responsabilidades associadas à gestão de riscos e oportunidades climáticos, entre elas, os Comitês de Risco e Sustentabilidade, Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme o Gráfico 6. Mesmo contemplando mais bancos na amostra de 2018, pode-se observar um aumento generalizado do número de bancos, em 2021, nos quais as principais atribuições das instâncias avaliadas estão relacionadas à discussão e à avaliação de resultados.

Gráfico 6: Responsabilidades associadas à gestão de riscos e oportunidades climáticos, 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

Os números demonstram avanço na integração de riscos e oportunidades climáticos na agenda dos colegiados de gestão e estratégia, envolvendo não apenas as instâncias que atuam diretamente com aspectos de sustentabilidade, como também as instâncias responsáveis pela discussão de riscos e crédito ou que definem a estratégia da organização, como o Conselho de Administração.

O aumento da frequência com que o Conselho de Administração trata de mudanças climáticas foi relevante. Enquanto, em 2018, apenas 6 bancos reportaram que o Conselho tratava desse assunto em intervalos menores que 12 meses, em 2021, esse número aumentou para 10. Em 2021, um maior número de bancos também reportou que a Diretoria Executiva / Comitê Executivo não só passou a tratar de questões climáticas, como tem feito isso de modo mais frequente.

Em relação às políticas e aos instrumentos de planejamento, muitos foram revisados por essas instâncias de governança para incorporar o tema das mudanças climáticas, como descrito na Tabela 2 (pág. 23). Dentre eles, destacam-se:

- a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que, com a nova resolução CMN nº 4945/2021, passou a integrar o aspecto climático e a ser denominada Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC);
- políticas socioambientais a respeito das operações financeiras, como crédito;
- a Declaração de Apetite por Riscos (RAS: Risk Appetite Statement); e
- planos estratégicos de negócios.

Cabe ressaltar que a inclusão das questões climáticas na PRSA de alguns bancos havia se dado antes mesmo das novas normas regulatórias publicadas pelo BCB em 2021.

Tabela 4: Número de bancos que revisaram políticas ou instrumentos de planejamentos para incorporar o tema Mudanças Climáticas, 2018 e 2021

Tipo	Documento	2018	2021
Política	Políticas de responsabilidade social, ambiental e climática	11	12
	Política socioambiental / ESG (que cubra operações de crédito e/ou gestão de recursos de terceiros e/ou investimentos proprietários)	6	9
	Política de compras / Relação com fornecedores	4	3
	Política de gerenciamento de riscos	4	7
	Política de remuneração	1	1
Plano	Plano estratégico plurianual / Plano de negócios	1	5
	Plano de capital / Plano de contingência de capital	0	2
Outro	Declaração de Apetite por Riscos (RAS)	0	8
	Orçamentos anuais	1	3

Fonte: Elaboração própria, 2022

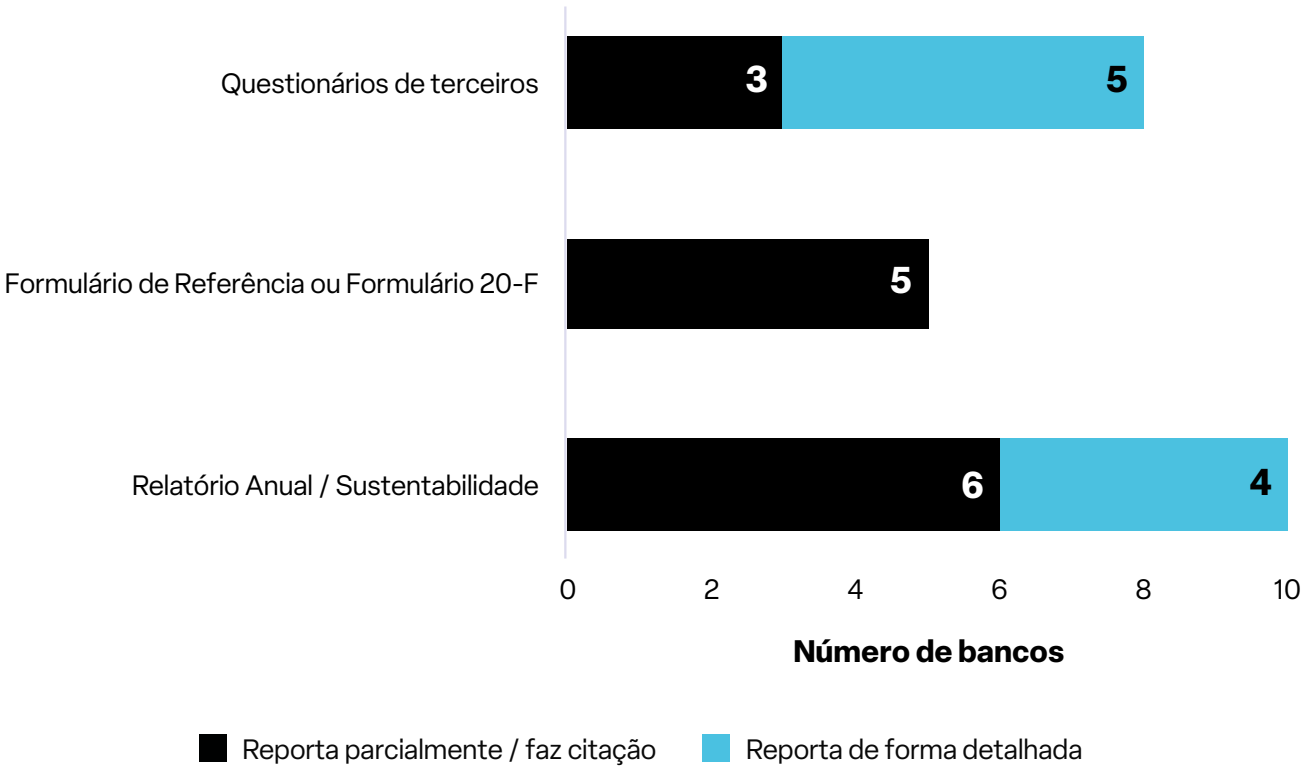
Sob outra perspectiva, poucos bancos indicaram ter realizado a inclusão de questões climáticas em seus Planos de Contingência de Capital ou Orçamentos Anuais, sugerindo que ainda estão mapeando sua exposição e impacto financeiro para, posteriormente, realizar alguma alteração na composição de capital. Adicionalmente, apenas um banco reportou que incorporou mudanças climáticas na sua Política de Remuneração, o que, se implementadas é uma medida potencial para acelerar o atingimento de metas relacionadas ao clima.

Em resumo, é possível observar avanço relevante no pilar de Governança desde o envolvimento maior – por diversas instâncias do banco na temática – até a revisão de políticas e estratégias. Os principais desafios observados para este pilar são a mensuração, integração e reporte dos impactos financeiros decorrentes dos riscos e oportunidades climáticos. A superação destes desafios depende de avanços alinhados também aos pilares de Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas.

5.2.2 Estratégia

Houve avanço dos bancos com relação à avaliação e ao reporte dos impactos dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização.

Gráfico 7: Reporte sobre o pilar Estratégia



Fonte: Elaboração própria, 2022

Uma possibilidade de os bancos realizarem a divulgação no âmbito deste pilar é fazerem uma avaliação interna em três etapas:

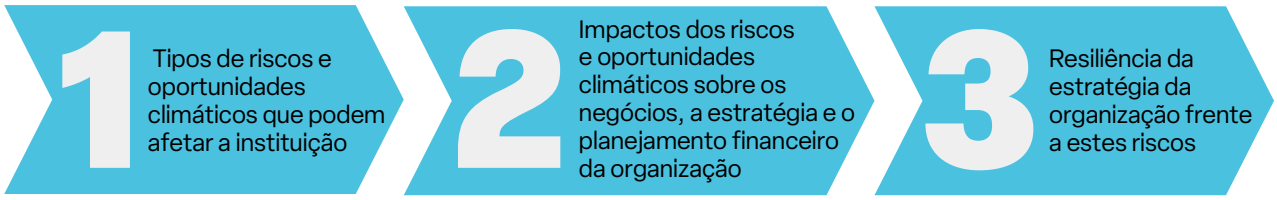


Tabela 5: Avaliação de aspectos do pilar Estratégia pelos bancos respondentes

Etapa	Descrição	Riscos climáticos	Oportunidades climáticas
1	Identificação dos tipos de riscos/ oportunidades	4	6
2	Avaliação dos impactos nos negócios, na estratégia e no planejamento financeiro da organização	4	6
3	Resiliência da estratégia da organização	2	[não aplicável]

Fonte: Elaboração própria, 2022

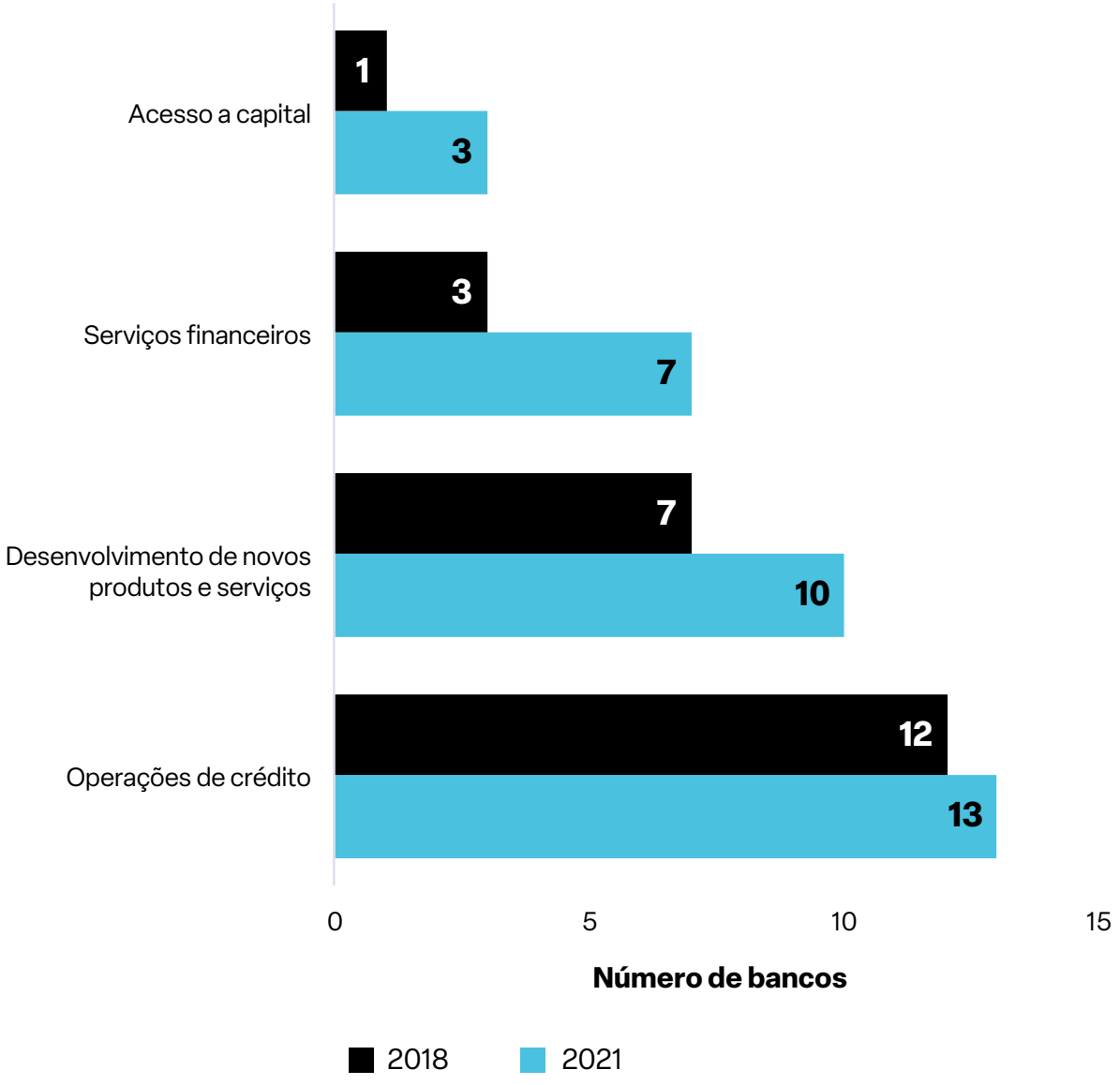
Considerando as informações da Tabela 3 (pág. 33), nota-se que a maior parte dos bancos ainda está nas duas etapas iniciais de identificação e avaliação de impactos, o que é natural tendo em vista a trajetória de gradual avanço de uma agenda de implementação recente. Além disso, os bancos têm simultaneamente priorizado a perspectiva de oportunidade, com a avaliação de como ampliar a oferta de produtos ou serviços e o desembolso em operações de crédito que tenham foco em apoiar clientes na transição para uma economia de baixo carbono.

Como ainda não há uma base de dados históricos dos impactos das mudanças climáticas nas instituições financeiras que seja suficientemente robusta, um avanço na perspectiva de riscos passa pela construção desses históricos, por exemplo, a partir de bases de perdas relacionadas a questões climáticas e realizações de teste de estresse climático nas carteiras de crédito. Como essas capacidades ainda estão em desenvolvimento, o passo de avaliação de resiliência torna-se mais desafiador.

Mesmo com menos bancos respondentes em 2021, nota-se um aumento na quantidade de instituições que têm incorporado a questão climática nas estruturas de negócio e corporativa, conforme apontam os Gráfico 8 e Gráfico 9 (págs. 47 e 48). Há a priorização da incorporação dessas questões nas operações de crédito e nos treinamentos das equipes, sendo o último importante para ampliar o entendimento no assunto e dar suporte à implementação da agenda na organização. Adicionalmente, as mudanças climáticas trazem grandes oportunidades no desenvolvimento de produtos sustentáveis e serviços, como concessão de empréstimos rotulados e estruturação de dívida rotulada, e nas captações de recursos sustentáveis, cada vez mais recorrentes por bancos de desenvolvimento, por meio de operações rotuladas no mercado (notadamente os green, sustainability e sustainability-linked bonds e loans).

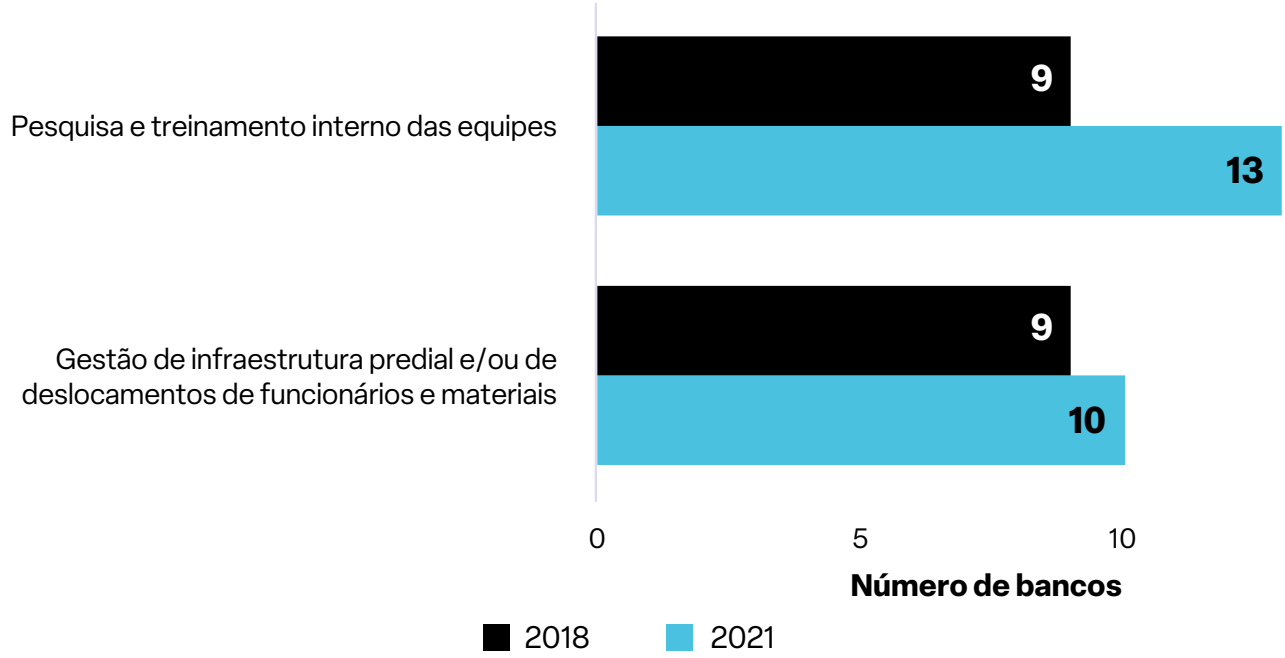
No âmbito corporativo, há a preocupação dos bancos com a gestão da infraestrutura predial, ecoeficiência, deslocamentos de funcionários e de materiais. Alguns bancos lançaram programas específicos para reduzir a pegada de carbono de veículos usados por funcionários e para aumentar eficiência hídrica e energética nos prédios das instituições.

Gráfico 8: Práticas de negócios, nas quais os bancos consideraram explicitamente a questão climática, 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

Gráfico 9: Práticas corporativas, nas quais os bancos consideraram explicitamente a questão climática, 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

De modo geral, é evidente o avanço dos bancos em duas áreas cruciais para seus negócios: concessão de crédito (60% dos respondentes indicaram já incorporar de maneira explícita a questão climática) e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços (cerca de metade indicou incorporar o tema). Um grande desafio é a quantificação do impacto climático sobre a estratégia e resiliência dos bancos. Esse desafio requer avanços nas práticas de Gestão de Riscos.

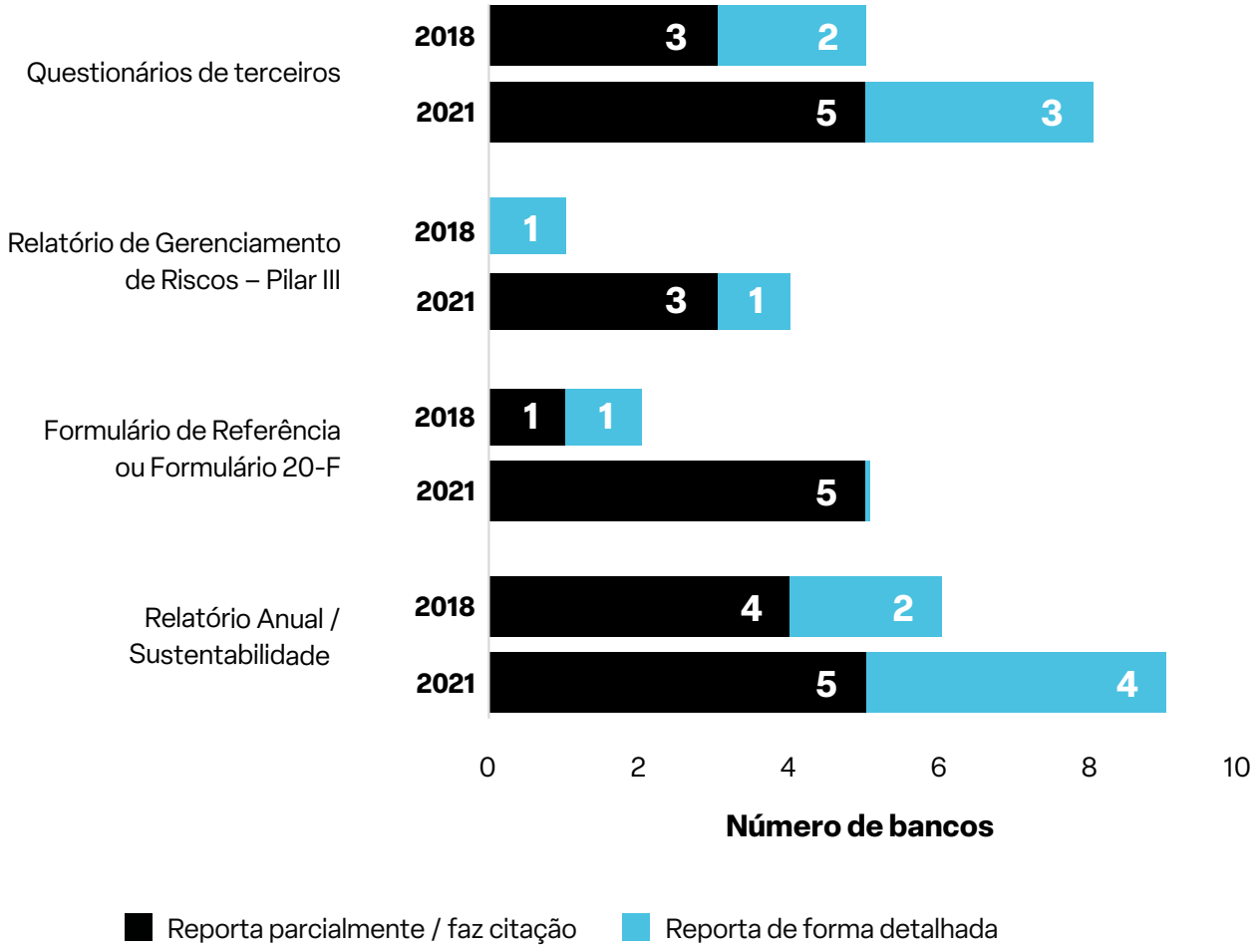
5.2.3 Gestão de Riscos

Alguns bancos têm divulgado publicamente como identificam, avaliam e gerenciam os riscos relacionados às mudanças climáticas em diferentes tipos de reporte, conforme Gráfico 10 (pág. 49).

Em 2021, os reportes por meio do Relatório Anual (ou de Sustentabilidade) e os Questionários de Terceiros foram os mais utilizados na divulgação dessas informações pelos bancos, respectivamente com 9 e 8 bancos respondentes, usando-os como meio de transparência de processos. Esses meios de reporte (ex.: Global Reporting Initiative, ISE, CDP) seguem padrões

específicos para questões sociais, ambientais e climáticas e foram revisados recentemente para incorporar requisitos de divulgação da TCFD, conforme apresentado no capítulo de Panorama Internacional (pág. 8).

Gráfico 10: Reporte sobre o pilar Gestão de Riscos, 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

Comparando-se as pesquisas de 2018 e 2021, observa-se que a principal preocupação incorporada pelos bancos em sua gestão está relacionada ao risco reputacional. O risco legal e o risco climático físico agudo também tiveram relevância em ambos os mapeamentos: o primeiro provavelmente devido à facilidade na identificação de passivos dos clientes, e o segundo por estar cada vez mais clara a conexão dos eventos climáticos agudos com os impactos financeiros para os clientes. A Tabela 6, a seguir, apresenta esses tipos de riscos climáticos que os bancos têm considerado na gestão de suas operações de crédito.

Além disso, mais bancos reportaram em 2021 que estão considerando os riscos regulatórios e de mercado, sendo estes reforçados pelas novas normas do BCB e a ampliação das discussões sobre o tema no país e no mundo. Por último, o risco tecnológico é o menos abordado, indicando uma possível dificuldade dos bancos em mapeá-lo nas operações de crédito até o momento.

Tabela 6: Número de bancos que consideram diferentes tipos de riscos climáticos na gestão de suas operações de crédito

Tipos de risco climático	2018	2021
Risco reputacional	11	9
Risco legal	9	8
Risco físico – agudo	7	8
Risco regulatório	5	8
Risco físico – crônico	7	6
Risco de mercado	3	6
Risco tecnológico	4	5

Fonte: Elaboração própria, 2022

A pesquisa também indicou que 38% dos bancos respondentes ainda não adotam procedimentos específicos para avaliação dos riscos climáticos na carteira de crédito. Por outro lado, 43% avaliam riscos climáticos para clientes em setores mais expostos, como Óleo e Gás e

Agricultura; 38% para clientes com maior exposição de crédito (ex.: maiores limites de crédito ou maiores valores de crédito contratados); e 33% para produtos financeiros específicos (ex.: project finance).

Os resultados demonstram que os bancos que já avançaram na incorporação de questões climáticas no processo de crédito estão concentrando seus esforços seguindo os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos[57] estipulados pela Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

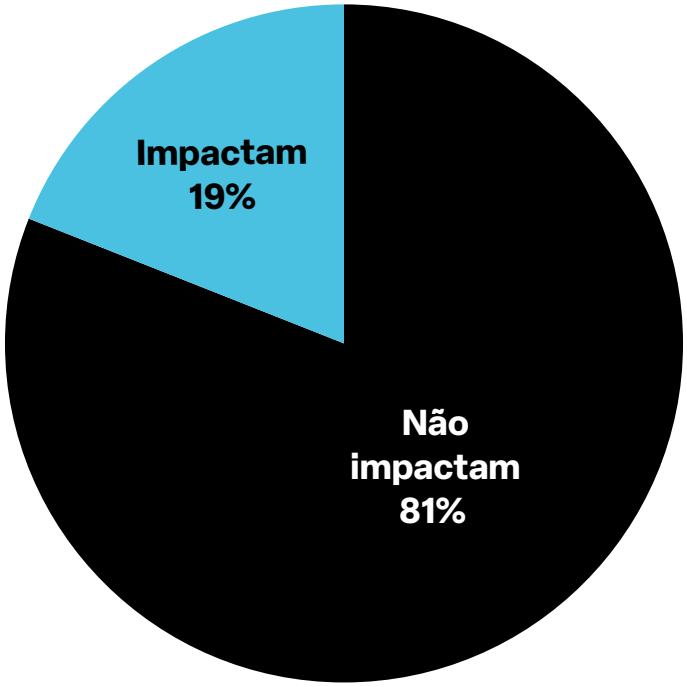
Os bancos que possuem procedimentos para avaliação dos riscos climáticos têm coletado informações dos clientes e de operações em diversas fontes. O principal meio utilizado é a solicitação de informações diretamente aos clientes, por meio de questionários ou outros modelos de consulta. Adicionalmente, vários bancos utilizam informações disponibilizadas publicamente pelo cliente (como em relatórios anuais e websites) e ferramentas de terceiros, como Questionários do CDP, informações disponibilizadas por agências de pesquisa de informações financeiras e ESG e bases acessíveis publicamente, como mapas e ferramentas do INPE e do World Resources Institute. Para ver seleção de ferramentas abertas e restritas disponíveis para apoio à gestão de Risco Climático, acesse o "Guia de Ferramentas de Apoio à Gestão de Riscos Climáticos"[58] da Febraban.

Quanto à integração das questões climáticas ao rating de crédito, ainda há desafios, conforme demonstra o Gráfico 11 (pág. 52). Um provável entrave é a falta de dados históricos e/ou metodologias robustas para avaliar e estimar esses impactos de maneira apropriada.

57 As estruturas de gerenciamento devem ser: I - compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; II - proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; III - adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e IV - capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

58 Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_Ferramentas_Riscos_climaticos_2021.pdf

Gráfico 11: Incorporação de questões climáticas no rating de crédito, 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

Com relação ao acompanhamento da carteira de crédito, cerca de 33% da amostra indicou já ter procedimentos estabelecidos para monitoramento dos riscos climáticos nessas operações, conforme Gráfico 12 (pág. 53). Isto indica que, enquanto a consideração de questões climáticas para novas operações de crédito tem evoluído, avançar no acompanhamento dessas operações ainda é desafiador. Este ponto é especialmente importante para operações com prazos mais longos e para setores críticos do ponto de vista climático.

Gráfico 12: Utilização de procedimentos para monitoramento dos riscos climáticos nas operações de crédito, 2021

Fonte: Elaboração própria, 2022

A TCFD orienta que empresas e instituições financeiras devam tratar da questão climática de maneira integrada aos tipos de risco tradicionalmente gerenciados, como riscos de mercado e liquidez, por exemplo. O gerenciamento integrado de riscos também tem sido objeto de demandas regulatórias, conforme apresentado nos capítulos anteriores. A pesquisa realizada indica que a integração das questões climáticas aos riscos tradicionais tem ocorrido, principalmente, no risco de crédito e no risco operacional. Isso pode ser explicado pelo fato de o risco de crédito ser central para os negócios bancários e pelo risco operacional ser tema de requisitos regulatórios do CMN e BCB, que exigem que os bancos disponham de uma base de perdas operacionais.

Tabela 7: Tipos de riscos que os bancos integram questões climáticas

Tipo de Risco	Número de bancos
Risco de crédito	9
Risco operacional	6
Risco de mercado	1
Risco de liquidez	1
Risco reputacional	3
Risco cibernético	1

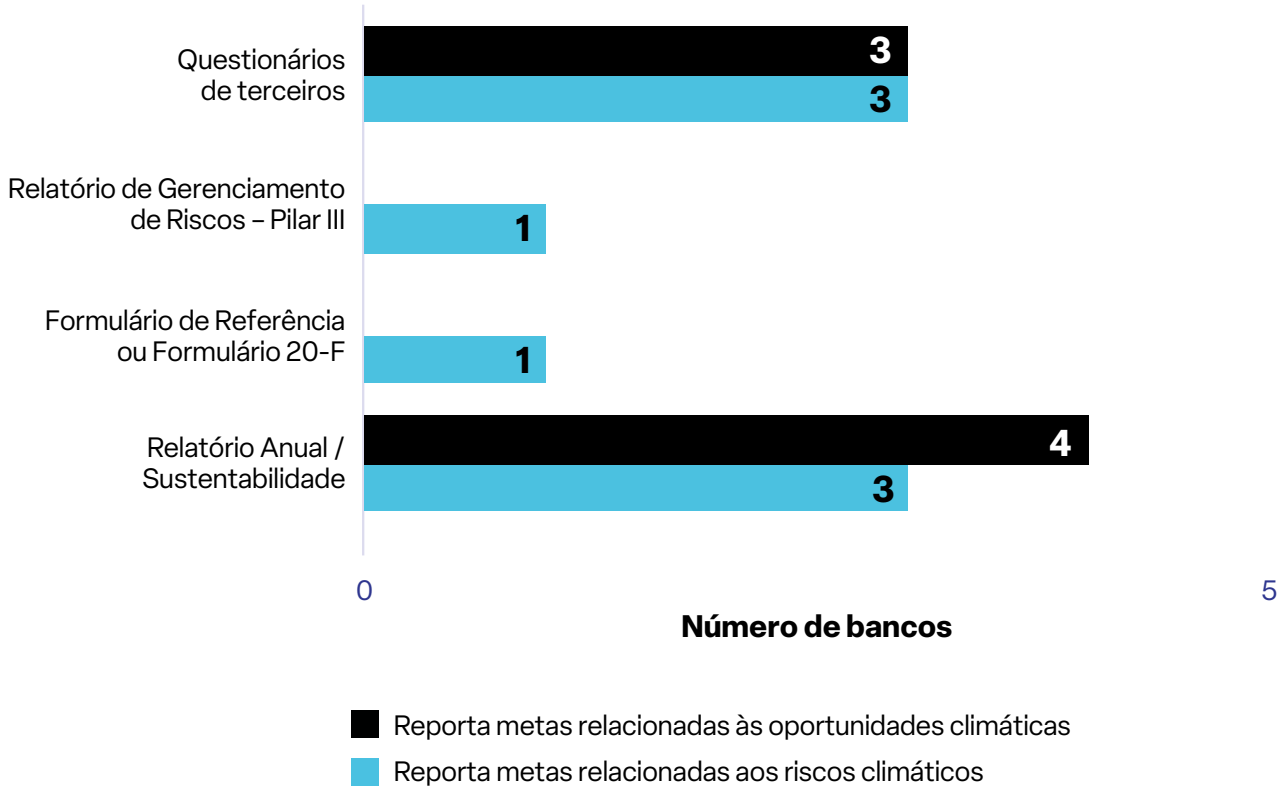
Fonte: Elaboração própria, 2022

5.2.4 Métricas e Metas

Sobre a divulgação de Métricas e Metas relacionadas aos riscos e oportunidades climáticos, é possível observar no Gráfico 13 (pág. 55) que 3 bancos reportaram em Questionários de Terceiros suas metas relacionadas às oportunidades climáticas e 3 bancos utilizaram Questionários de Terceiros para reportar metas relacionadas a riscos climáticos. Ademais, 4 bancos reportaram suas metas relacionadas às oportunidades climáticas em seu Relatório Anual / Sustentabilidade, e 3 bancos usam esses Relatório Anual / Sustentabilidade para reportar metas relacionadas a riscos climáticos.

Em relação aos demais pilares da TCFD, há menos bancos reportando informações associadas a este pilar, indicando uma lacuna a ser desenvolvida. Esta constatação é em grande medida esperada, uma vez que a definição de Métricas e Metas é decorrente de práticas de Gestão de Riscos e Estratégia. Trata-se, portanto, de um pilar que requer progresso em relação aos demais pilares.

Gráfico 13: Reporte sobre o pilar Métricas e Metas, 2021

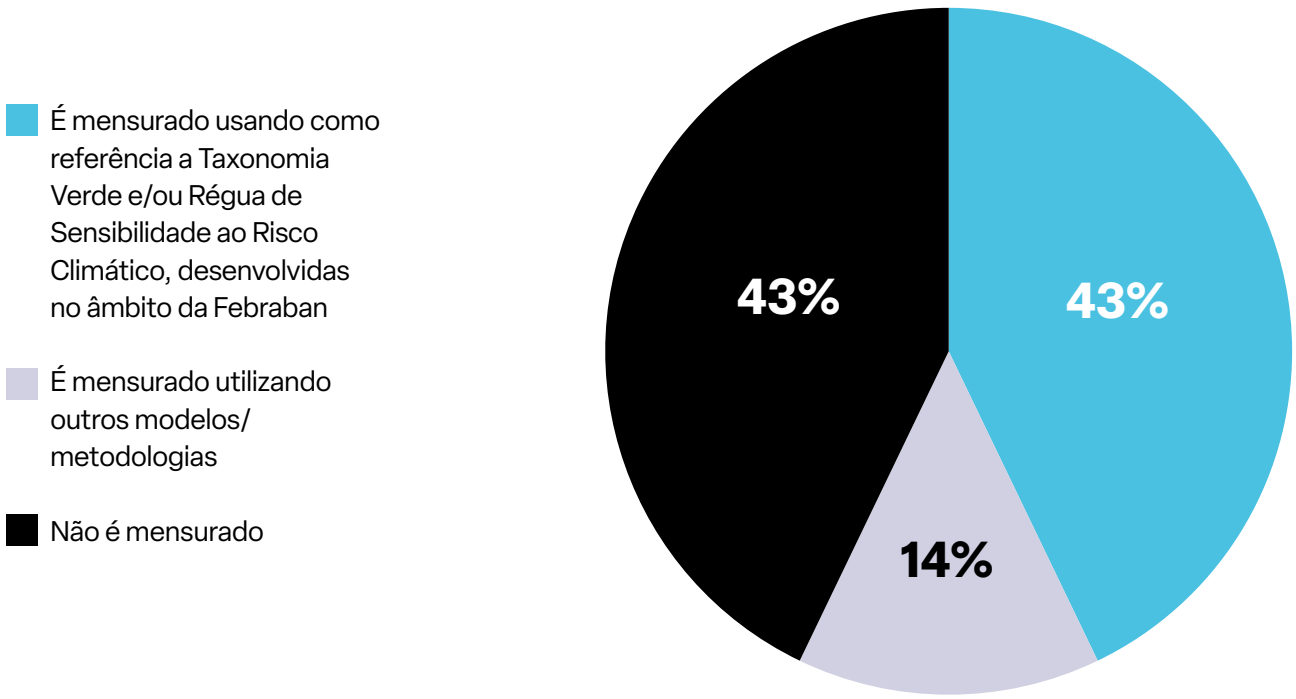


Fonte: Elaboração própria, 2022

No entanto, já se notam avanços. Em 2018, apenas 2 bancos mensuravam a exposição da carteira de crédito aos riscos climáticos. Este número aumentou para 12 (43% do total de bancos respondentes) em 2021, o que pode ser explicado pela necessidade de os bancos definirem métricas e linhas de base a partir das quais podem traçar metas.

Vale mencionar o engajamento dos bancos no âmbito da Febraban. O tema foi abordado em diferentes iniciativas, como a Taxonomia Verde[59] da Febraban – que traz uma metodologia específica para identificação de atividades econômicas com maior exposição às mudanças climáticas – e a Régua de Sensibilidade ao Risco Climático.[60] Os bancos vêm utilizando essas referências, assim como outras metodologias desenvolvidas no escopo deste trabalho nacional e outras fontes, conforme Gráfico 14.

Gráfico 14: Mensuração do percentual da carteira de crédito com alta exposição aos riscos climáticos, 2021



Fonte: Elaboração própria, 2022

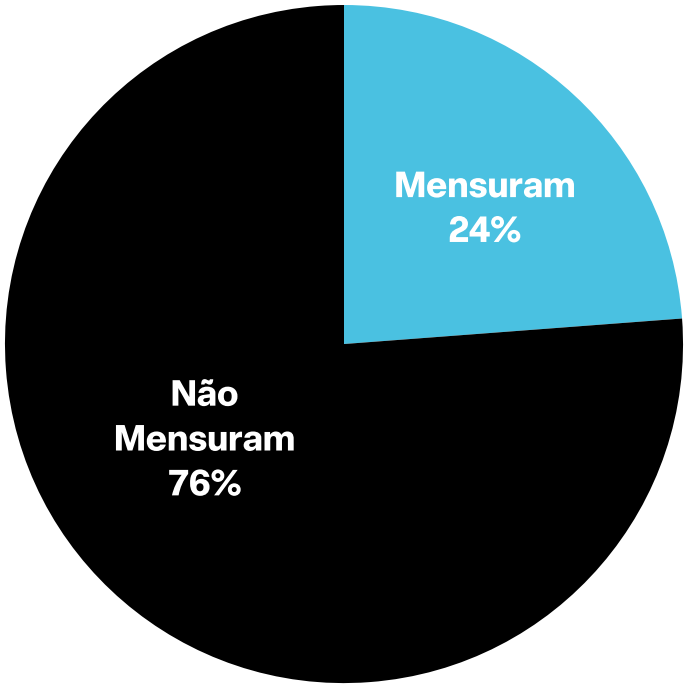
59 Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/MSExcel/Febraban%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20da%20Taxonomia_20210217.xlsx

60 Disponível em: https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019

Além do monitoramento do risco climático da carteira, alguns bancos realizam uma mensuração de sua contribuição para mitigação e/ou adaptação às questões climáticas: 5 bancos (24% da amostra) indicaram essa prática.

Esse número é menor do que os que mensuram o percentual de crédito com alta exposição aos riscos climáticos. Esse movimento é o oposto do que tem ocorrido no pilar Estratégia, no qual o desenvolvimento de oportunidades é destaque.

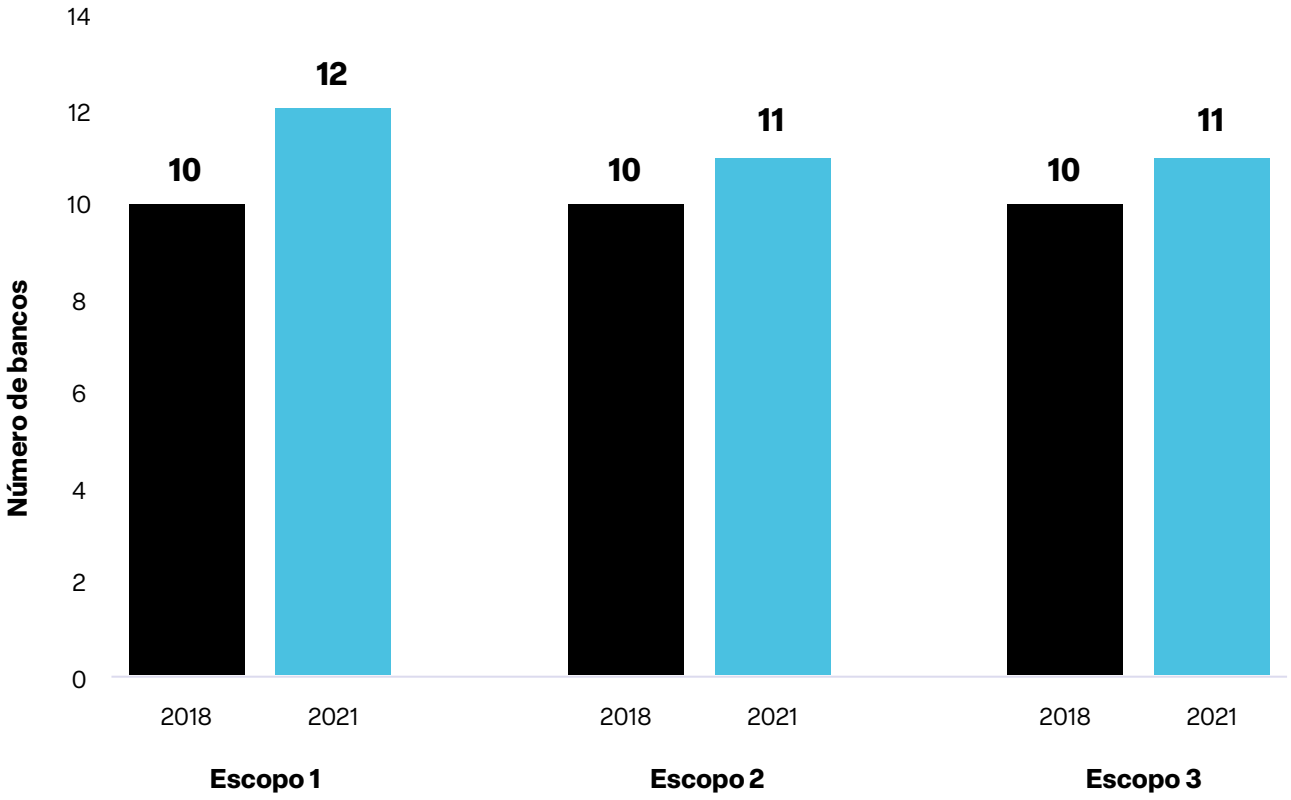
Gráfico 15: Mensuração do percentual da carteira de crédito com alta contribuição para mitigação e/ou adaptação às questões climáticas, 2021



Fonte: Elaboração própria

O número de bancos que mensuram as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) dos escopos 1, 2 e 3 das atividades (ex.: agências, sede administrativa, viagens, etc.) variou pouco entre 2018 e 2021, conforme Gráfico 16.

Gráfico 16: Mensuração/reporte das emissões de Gases de Efeito Estufa das atividades dos bancos – Escopos 1, 2 e 3



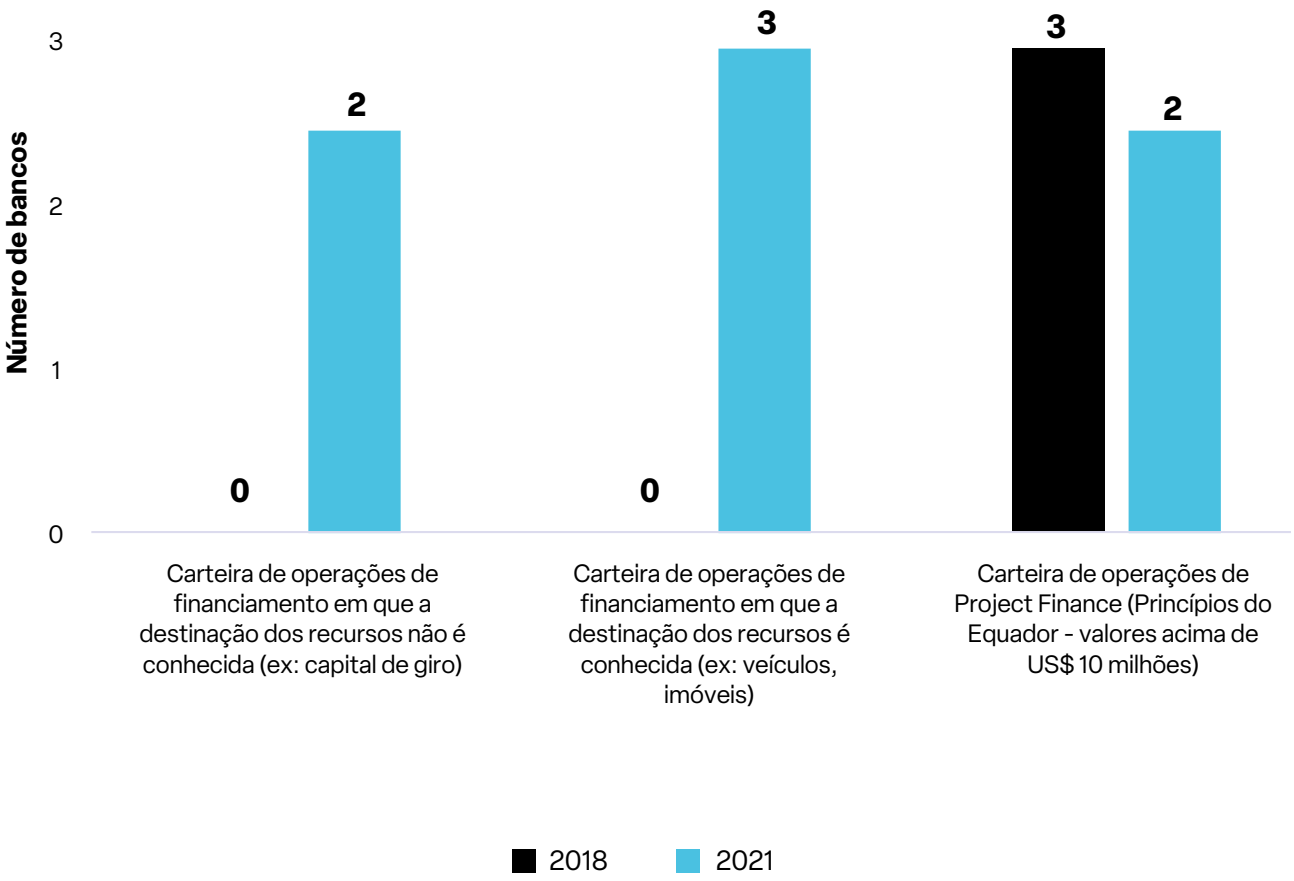
Fonte: Elaboração própria

Em relação ao Escopo 3 (emissões de GEE financiadas), já se nota algum avanço. Em 2021, além de mensurar emissões de Project Finance, alguns bancos passaram a avaliar também as de operações de financiamento em que a destinação dos recursos é conhecida (3 bancos), como veículos e imóveis, ou da carteira de operações de financiamento em que a destinação de recursos não é conhecida (2 bancos). Estes números ainda são tímidos uma vez que a mensuração deste escopo é mais complexa, com dependência de informações de emissões de

GEE dos clientes, que muitas vezes são pulverizadas, nem sempre comparáveis ou estejam disponíveis.

Tal avanço é importante, pois a mensuração de emissões financiadas é uma ferramenta para identificar o risco de transição de empresas carbono-intensivas, sujeitas a riscos regulatórios, a exemplo da taxação de carbono.

Gráfico 17: Mensuração de emissões de GEE financiadas

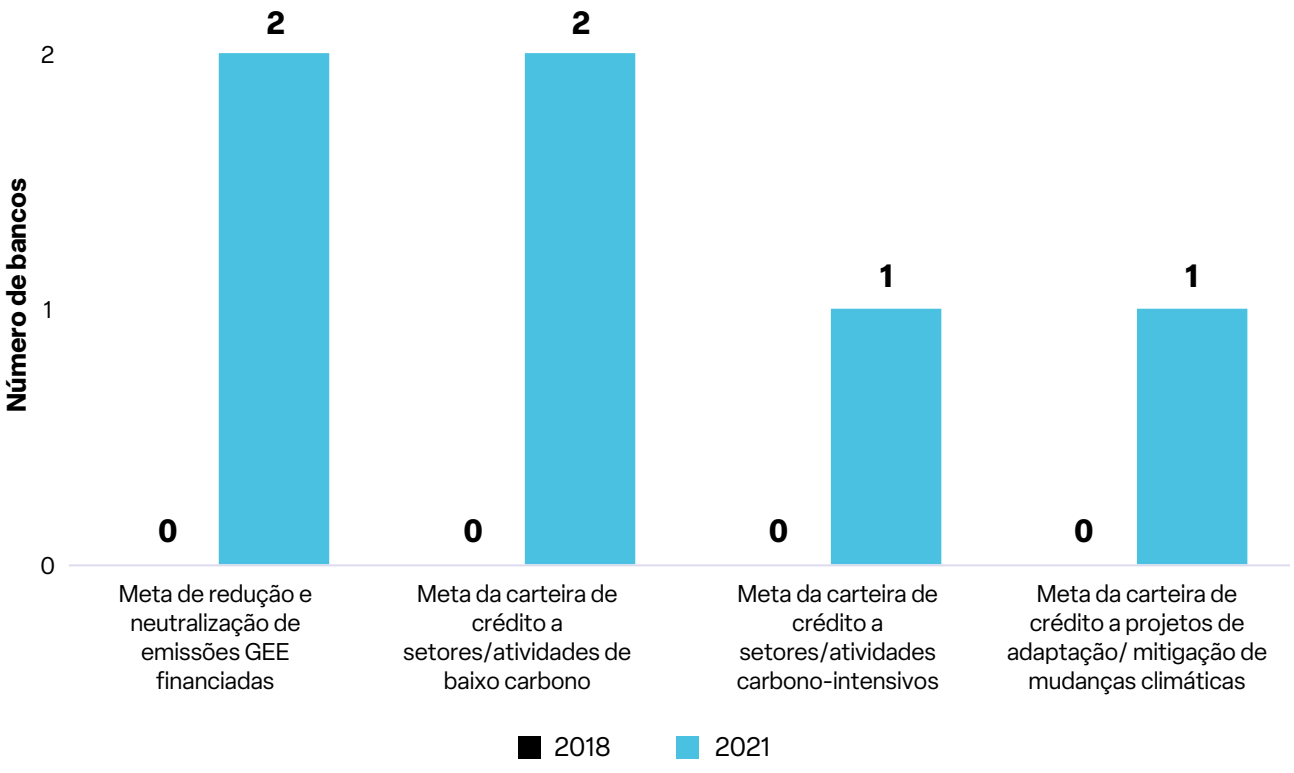


Fonte: Elaboração própria, 2022

No setor bancário, as metas mais materiais são aquelas relacionadas aos próprios negócios, especialmente na concessão de crédito. O Gráfico 18 demonstra que, apesar de uma variação tímida em números de bancos, houve diversificação na adoção dos tipos de metas: "carteira de crédito a setores/atividades carbono-intensivos", "carteira de crédito a projetos de adaptação/mitigação de mudanças climáticas", "redução e neutralização de emissões GEE financiadas" e "carteira de crédito a setores/atividades de baixo carbono".

A dificuldade de avanço neste ponto ocorre também em outros países, especialmente pela necessidade de se calcular uma linha de base antes da definição de metas. Metodologias para cálculo de linhas de base e metas são ainda incipientes, porém os bancos vêm tomando medidas para incrementar as metas, avaliando suas carteiras e capacidades antes de estipularem as mesmas, e muitas vezes estabelecendo metodologias próprias para tal. Essa atuação pode vir a ser reforçada pela adesão a iniciativas recentes como a Science Based Targets Initiative (SBTi) e a Net Zero Banking Alliance (NZBA).

Gráfico 18: Apresentam meta mensurável de transição à economia de baixo carbono para suas operações de crédito

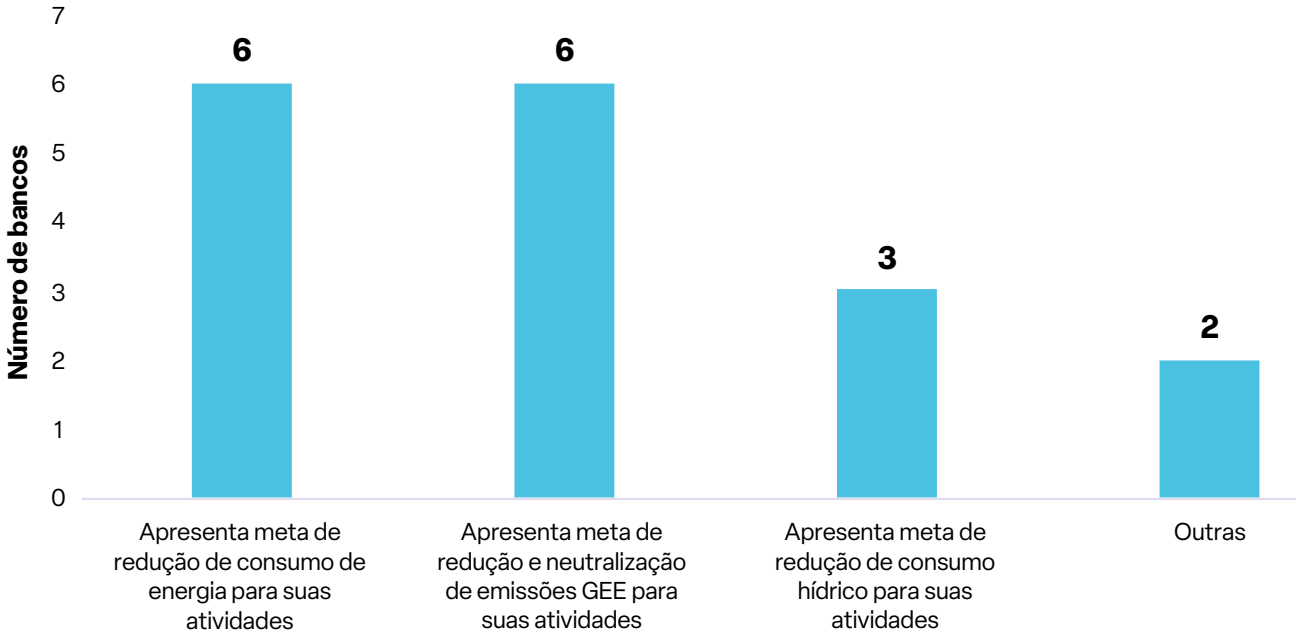


Fonte: Elaboração própria

Os bancos também têm utilizado outras métricas, tanto para avaliar riscos climáticos, quanto oportunidades. Alguns exemplos são: identificação de área agrícola financiada com práticas sustentáveis; impacto do preço do carbono para análise de investimento em projetos e aquisições corporativas; e análise consolidada da carteira, por meio de métricas como as do CDP e ferramentas como as do Paris Agreement Capital Transition Assessment (PACTA).

A partir da mensuração das emissões de GEE das atividades, os bancos podem traçar ações e metas para a transição à economia de baixo carbono. Poucos bancos têm adotado metas relacionadas às atividades corporativas, como o consumo de água – o que é de fato pouco relevante no setor, se comparado aos impactos das suas carteiras.

Gráfico 19: Metas mensuráveis de transição à economia de baixo carbono para atividades



Fonte: Elaboração própria, 2022

6. Conclusão

A partir da publicação das Recomendações da TCFD, em 2017, a adesão das instituições financeiras e empresas tem avançado significativamente no contexto internacional. Essa agenda foi impulsionada por diferentes fatores, como regulações de mais de 15 países e aumento da exigência de investidores com relação à transparência na gestão de riscos e oportunidades climáticos. No cenário brasileiro, o pilar de Sustentabilidade da agenda estratégica do BCB culminou na publicação de resoluções e instruções normativas alinhadas às Recomendações da TCFD, servindo como acelerador da adoção das Recomendações pelo setor bancário local, o que também, consequentemente, fomentará diversos setores da economia real a seguir na mesma direção.

A Febraban foi a primeira entidade associativa no Brasil a ter uma agenda institucionalizada para implementação das Recomendações da TCFD. As mais de 20 iniciativas descritas neste relatório, como a elaboração de ferramentas, guias e capacitações desenvolvidas de maneira coletiva, além de um roadmap orientando ações a serem executadas individualmente pelos bancos, possibilitaram que eles avançassem de forma orientada e se antecipassem às novas demandas do BCB e de outros stakeholders.

Posto isso, notou-se avanço no desempenho dos bancos, desde o início do projeto da Febraban até o final de 2021, principalmente nos dois primeiros pilares das divulgações recomendadas da TCFD: Governança e Estratégia. Alguns pontos verificados nesse período foram:

- Aumento do número de bancos com conhecimento das Recomendações da TCFD;
- Aumento da importância da temática nos bancos, refletida pelo maior envolvimento dos Conselhos de Administração e Diretorias Executivas nas agendas internas sobre clima, além do Squad Clima[61] da Febraban (que passou de 12 para 20 bancos);

61 Anteriormente chamado de Grupo de Trabalho de Clima e Economia Verde.

- Aumento de bancos que reportam informações relacionadas ao clima, inclusive em relatórios financeiros;
- Maior incorporação da questão climática no desenvolvimento de produtos e nos processos de gestão de riscos; e
- Disseminação das práticas de mensuração da concentração de ativos expostos às mudanças climáticas.

Entende-se, portanto, que vários bancos no Brasil já trilharam os primeiros passos no caminho para implementação da TCFD, da Figura 4 (pág. 34), e alcançaram o estágio de "Questões relacionadas ao clima são vistas como aspectos importantes de negócios e investimento por usuários e organizações que fazem divulgação".

O desafio atual nesta jornada é consolidar-se no estágio de "Maior adoção, maior desenvolvimento das informações fornecidas (por exemplo, métricas e análise de cenários) e mais maturidade na utilização das informações". Para isso, bancos já vêm amadurecendo seus processos e metodologias para realizarem divulgações mais completas e robustas.

Espera-se que haja um avanço relevante da agenda nos próximos anos, principalmente, com o início da supervisão do BCB acerca das regulações recentes, com o apoio contínuo da Febraban e engajamento dos bancos.

Roadmap Febraban para Implementação da TCFD/FSB no Setor Bancário Brasileiro

Progresso desde 2018

Apoio técnico:

NINT
natural intelligence

Realização:

FEBRABAN